



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 124

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2737

TAQUIGRAFIA

ATA DA 32ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO TECNOLÓGICO NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Em 23 de junho de 2016

Presidência dos Srs.
Lazinho da Fetagro – Deputado
Laerte Gomes - Deputado

(Às 9 horas e 31 minutos é aberta a A. Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores bom dia!

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo a Requerimento do Exm^o. Sr. Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, realiza Audiência Pública, para debater e obter esclarecimentos sobre a implantação do Ensino Tecnológico no Estado de Rondônia.

Convidamos para compor à Mesa o Exm^o. Sr. Deputado Lazinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública.

Exm^a. Sra. Aparecida de Fátima Gavioli, Secretária de Estado da Educação.

Sr. Fábio Menezes, Presidente da FETAGRO – Federação de Agricultura do Estado de Rondônia.

Sr. Itamar Ferreira, Presidente da CUT; Sr. Manoel Rodrigues da Silva, Presidente do SINTERO; Sr. Fernando Bilhalva Vitória, Professor da UNIR em Rolim de Moura.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública, objetivando debater e obter esclarecimentos sobre a Implantação do Ensino de Mediação Tecnológica dentro do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos, para aqueles que puderem ficar de pé, para ouvirmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional)

Podem sentar. Muito obrigado. Antes das palavras iniciais de Sua Excelência o Deputado Lazinho, peço permissão para registrar aqui a presença de todos que nos prestigiam com suas presenças nesta Audiência Pública e também registrar o Ofício vindo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª assinação pelo desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, que parabeniza a Vossa Excelência, Deputado Lazinho pela realização da Audiência Pública, mas, não lamenta não ser possível prestigiar o evento tendo em vista a agenda para este mesmo horário. Agradecer aqui a presença do Excelentíssimo Sr. Vereador Max Altamirando, da Câmara Municipal de Costa Marques; também do Prefeito de Costa Marques, Chico Território; do Sr. Ronaldo Sawada, da SAE, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Dr. Rodney de Paula, Procurador de Justiça, que representa aqui o Ministério Público do Estado de Rondônia; o Excelentíssimo Dr. Vítor Miranda, representando a Defensoria Pública; Excelentíssimo Sr. Vereador José Paula, da Câmara Municipal de Cabixi; Excelentíssimo Sr. Vereador Valmir Pessoa, Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé; Sargento Brum, representando o 5º Batalhão de Engenharia e Construção; Sr. Sidney Ramos, representando a Associação Família Agrícola de Ji-Paraná; Senhora Sueli Machado, Presidente em exercício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ministro Andreazza; professor João Dias Prata, Ensino Médio de Campo de Cacoal; Sra. Vânia Tomaz, representante do Núcleo de Extensão da Zona Territorial da UNIR; Sra. Gedeli Ferrazzo,

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - *Carlos Alberto Martins Manvaier*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Grupo de Pesquisa da UNIR; Rudnei Cardoso, Coordenador do Território Vale do Anari; Senhores funcionários da SEDUC, de uma forma geral em todo o Estado de Rondônia que participam desta Audiência Pública. Sra. Claudir Mata, SINTERO, antes de dá sequência ao registro das presenças convidamos para compor a Mesa a senhora Leila Denise Meurer, representando os Movimentos Sociais, que ela substitui neste momento aqui o Cláudio Sandos, representando a Via Campesina. Senhores professores do município de Costa Marques, Sr. Ronaldo Sawada, Diretor da DETIC, é a Diretoria Executiva Tecnológica da SEAE; Geovana Silva, Coordenadora da Mediação Tecnológica da SEDUC; Sr. Gilson Carlos dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Mamoré; Excelentíssima Sra. Doutora Mariana Aguiar Esteves, representando a OAB; Sr. Márcio André Milani, Diretor Vice-Presidente da EMATER; Marcos Antônio Shreder, Gerente de Formação Tecnológica da SEDUC; Sr. Paulino Favoretti, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Cacoal; Francisco Gonçalves Neto, Excelentíssimo Sr. Prefeito de Costa Marques, mais conhecido por Chico Território; Excelentíssimo vereador Dário Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Urupá; Márcia Regina, Excelentíssima senhora Vereadora da Câmara Municipal de Ji-Paraná; Excelentíssima Sra. Vereadora Maria Rodrigues da Câmara Municipal de Urupá; Sr. Luiz Pires, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Velho; Excelentíssima Sra. Vereadora Valdenice Ferreira, da Câmara Municipal de Campo Novo; Sr. Nivaldo de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Negro; Zé Polaco, Presidente da Associação Escola Família Agrícola do Vale do Guaporé; Sr. Antônio Francisco, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jarú; Sr. Antônio Machado, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Médici; Sr. Natanael Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cujubim; Excelentíssimo Sr. Vereador Adão Luiz, o Negrinho da Câmara Municipal de Nova União; professor Miguel Fabrício, Diretor do Instituto Tecnológico em Rondônia; e vocês que participam da Audiência Pública, José Aparecido de Oliveira do Projeto Padre Ezequiel da Diocese de Ji-Paraná. Portanto, Senhoras e Senhores, toda dinâmica da Audiência Pública, os trabalhos, favorecimento das falas e a condução do evento por conta de Sua Excelência, Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, que a partir desse momento conduz a Audiência Pública por usa propositura.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado meu velho companheiro. Quero em primeiro lugar cumprimentar a cada um que se faz presente. Dizer para vocês que em nome do nosso Presidente Maurão, ele pede desculpas pelo espaço, a partir de dezembro, se Deus assim nos permitir, nós estaremos na Casa nova, com um auditório para 500 pessoas e com certeza vocês serão melhores acomodados. Mas, é de suma importância a presença de vocês; obrigado por vocês terem vindo, nós vamos tentar fazer de forma com que a gente consiga num prazo justo, possa encaminhar as ações aqui, já tive a informação de que essa é a maior Audiência que esta Casa promoveu até agora, isso reflete para esta Casa, para o Governo e para vocês todos, senhores e senhoras a importância do tema, nós não podíamos, não poderíamos nos esquivar de fazer esse diálogo, fazer esse debate, principalmente no mo-

mento em que nós vivemos. Então, parabéns a vocês por terem vindo e na minha concepção para iniciarmos: Fora Temer. Nós vamos ter que ter bastante, bastante calma para gente ouvir a todos e a gente poder encaminhar porque realmente a Casa está cheia e aí essa compreensão entre nós, nós vamos ter. E eu sei que aqui, todos que estão aqui ou são da área de educação ou são lideranças de todos os rincões de nosso Estado e tem a compreensão disso. Quero cumprimentar a Secretária Fátima pela presença, pela dinâmica com que tem tratado, inclusive, essa Audiência Pública, pela forma com que ela nos trata e dizer a ela que esse espaço dado à sociedade para discutir, só acontece quando o Governo é democrático, quando é, há possibilidade de fazer o debate e a discussão colhendo de toda comunidade as ideias. Obrigado Secretária pela presença. Cumprimentar o Presidente Fábio, Presidente da FETAGRO e parabenizar a nossa, a minha Federação pelo aniversário hoje, está completando hoje 23 anos de idade, uma das Federações, senão a mais nova, uma das mais novas do Brasil e um dos Presidentes mais novos do Brasil, dizer que em nome dele eu cumprimento todos os diretores da FETAGRO que estão presentes. Pedimos para tirem os cartazes aí para todo mundo poder ver, depois em momento, nós vamos mostrando os cartazes. Cumprimentar todos os dirigentes sindicais que estão presentes. Obrigado Presidente Fábio pela presença. Presidente Itamar da CUT, em nome dele, todos os Sindicatos, todos os ramos filiados a CUT e todos os diretores da CUT aqui presentes. Cumprimentar o Manoelzinho, Presidente do SINTERO e em nome dele toda direção do SINTERO, todos os Professores e toda a categoria filiada ao SINTERO aqui presente, obrigado pela presença, Presidente Manoel. Cumprimentar o senhor Fernando Bilhalva Vitória, Professor do Curso de Licenciatura do Campo de Rolim de Moura, da UNIR de Rolim de Moura. Cumprimentar a nossa companheira Leila Denise Meurer, representando aqui a Via Campesina e todos os movimentos ligados ao campo. E agradecer desde já os nossos funcionários aqui da Casa, companheiros de trabalho pela paciência e pela disponibilidade que sempre contribuíram; cumprimentar todos os nossos vereadores presentes, prefeitos presentes, em nome do Prefeito Chico Território, lá de Costa Marques. Dizer para vocês que nós vamos ter uma dinâmica de trabalho, peço para que os companheiros abaixem os cartazes para todo mundo vê e aí depois a gente está livre. Só socializando, nós vamos ter o trabalho da seguinte forma: definida pelo grupo de trabalho criado para esta Audiência Pública, não é definida por mim e nem por esta Casa. Quero dizer que nós vamos ouvir a Secretária apresentando o Projeto de Educação, posteriormente, nós vamos ouvir as lideranças que foram propostas para fazerem a fala aqui no plenário, e ouviremos segundo as inscrições, mais cinco lideranças inscritas para que a gente possa tirar o encaminhamento. Quero dizer que essa audiência tem como objetivo ouvir, propor e fazer com que o modelo de ensino no Estado, possa atender a forma, a pedagogia da melhor forma possível a todos os nossos alunos, não temos aqui a intenção de disputa de espaço, nós disputamos ideias, debatemos ideias e as ideias precisam, as ideias precisam ser ouvidas para que ao serem ouvidas possam ser acatadas e possam ser encaminhadas, para isso serve uma Audiência Pública. A Assembleia Legislativa, nessa legislatura tem feito audiências de mediação com vários temas, no começo do

ano teve um Projeto do Governo para discutir a nova dinâmica de impostos, esta Casa, através do nosso Presidente chamou o Governo, chamou representantes da sociedade, fez o debate e saiu daqui com um denominador comum às partes, é para isso que as audiências servem. Essa é a função desta Casa, se ela é a Casa do Povo, é por isso que nós temos que ouvir o povo e até agora tanto esta Casa, quanto o sistema, tem ouvido e tem passado para dentro das ações aquilo que a sociedade almeja e é para isso que nós fazemos essa audiência. Ouvir o contraditório é predicado, é valor da democracia, quando a gente consegue fazer isso, a sociedade, ela sai beneficiada. Então é por isso meus amigos, minhas amigas, companheiros e companheiras aqui presentes, não temos objetivo de escrachar ninguém, muito pelo contrário que a nossa sociedade, que o nosso povo possa ser ouvido e que as ideias vindas do povo possam ser ouvidas e encaminhadas pelo Governo. Dito isso, eu quero em primeiro momento passar a palavra para que a nossa Secretária de Estado, Secretária Fátima, possa fazer então a apresentação do Projeto. Eu quero pedir a compreensão porque o painel está do lado nem todo mundo vai poder visualizar, pedimos à compreensão que nem todo mundo pode se sentar, não tem local, aqueles que estão sentados vão ter que ter o entendimento e os que estão em pé, vão ter que ter a colaboração. Quero antes de mais nada, justificar a ausência da nossa Presidente da Comissão de Educação, da Deputada Lúcia Tereza, que está hoje no seu regional, no seu município por uma agenda que ela não tinha como adiar, mas, traz aqui tanto ela quanto o Deputado Adelino Follador, as suas considerações e comprometimento com a questão da educação no Estado, ela gostaria muito de estar aqui, mas, infelizmente não houve possibilidade de estar porque a agenda dela tinha sido marcada primeiro.

Quero cumprimentar a presença e salientar a presença de todos os Deputados desta Casa, os que não fazem presentes aqui. Acabou de chegar o Deputado Laerte Gomes que é o Líder do Governo, e em nome dele justificar a ausência do Deputado Jesuíno que esta na Casa, deve passar por aqui; o Deputado Maurão que está atendendo e deve passar também por aqui.

Passo então a palavra para o nosso Mestre de Cerimônias para posteriormente a nossa Secretária encaminhar.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Mais um destaque a sua Audiência Pública, Deputado. Queremos registrar aqui a presença da senhora Júlia Cardoso, ela está ali intérprete de Libras. Parabéns. O convite feito pelo gabinete do Deputado Lazinho da Fetagro e também registrar a presença da senhora Marilete Soares Diniz, Diretora do SINTERO em Guajará-Mirim; senhora Maria Aparecida, Presidente do Conselho de Agricultura e Secretária Geral do Núcleo Diretivo de Ariquemes. Pronto Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Eu quero pedir à Casa que eu sei que tem mais gente lá fora, aqui dentro não cabe mais. Mas eu quero pedir que a Casa libere quem esteja lá fora, para que fique aqui no corredor, fique aqui no salão ao lado, para que não fique na rua, aqui é a Casa onde nós com muito respeito e educação vamos colocar todo mundo para dentro. Então peço para que os nossos

seguranças avisem, aqui no corredor tem lugar, no salão ao lado tem local. Nós vamos sentar no chão, aonde for preciso sentar, mas entrem todos para esta Casa. Quero pedir para que façam isso. Obrigado.

Passo então a palavra para a nossa Secretária. A senhora pode usar a Tribuna se quiser Secretária. Fiquem à vontade para poder fazer a apresentação do Projeto.

A SRA. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI – Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Pelo prazo de 30 minutos. Eu quero pedir para que possamos ouvir sem interrupção, por favor, para que a gente adiante o processo da Audiência. Muito obrigado e eu conto com a compreensão de todos.

A SRA. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI – Bom dia a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Quero pedir mais uma vez. As manifestações elas são democráticas, só que eu quero pedir como eu disse, para que a Secretária continue a apresentação, se é para aplaudirmos ou vaiarmos todas as falas, nós não vamos sair daqui hoje. O pessoal que está entrando sente aqui no chão, fiquem à vontade, pode sentar, pode ficar à vontade. Tem o salão ao lado aqui, os seguranças podem colocar o pessoal ali que vai dar para ouvir de todas as formas.

Vamos lá Secretária.

A SRA. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI – Quero cumprimentar aqui o Deputado Lazinho da Fetagro, nosso companheiro nas causas da Educação aqui nesta Casa. Não houve nenhum Projeto da Educação que não tivesse sido colocado aqui na Assembleia e que a SEDUC não pudesse contar com o voto do Deputado Lazinho, isso muito nos deixa satisfeitos, então eu quero agradecer ao senhor e dizer ao senhor que realmente a Secretária de Estado da Educação agradece a oportunidade de na condição de proponente do Projeto poder apresentar esse projeto de Mediação Tecnológica a todos os senhores. Quero cumprimentar aqui o Fábio, Presidente da Fetagro, e dizer que o Fábio tem feito um trabalho muito dinâmico, pró-ativo a frente da Fetagro, não só no assunto da mediação tecnológica, mas, também as Escolas de campo e as Escolas EFA. Realmente está de parabéns. Cumprimentar aqui o Presidente da CUT, Dr. Itamar, dizer ao Dr. Itamar que eu posso dizer que há muito tempo venho lendo o que ele tem escrito nos jornais, nas redes sociais e nós comungamos de muitas coisas. Nesta Audiência hoje todos vocês já perceberam que nesta Mesa é como se fosse todos contra um. Eu sou a pessoa que representa o projeto, representa o Estado e eu entendo a posição deles. E eu entendo a posição de todos os senhores, respeito à posição de todos os senhores, estou aqui para tentar explicar esse projeto e para ver se tem alguma coisa neste projeto que vocês também podem ajudar a melhorar nos próximos anos.

Quero cumprimentar aqui o Manoelzinho do SINTERO, e dizer que o Manoel, o Nereu, a Claudir e todos do Sindicato,

eles têm conhecimento das contas da Secretaria de Estado da Educação, não é segredo para ninguém, nós estamos agora passando por um momento dentro da Secretaria da Educação, onde nós estamos buscando valorizar os professores de carreira. Acabamos de fazer aí com que os professores recebessem, nesse ano de 2016 nós conseguimos oferecer aos professores da rede estadual uma gratificação de R\$ 620,00 e também conseguimos aumentar o salário dos nossos professores em 10% no vencimento e também conseguimos agora em 2016 pagar todos os nossos trabalhadores da Educação R\$ 253,00 de auxílio alimentação. Então no momento em que vocês estão acompanhando que em todos os Estados têm uma crise muito grande, Rondônia tem buscado trabalhar com o pouco recurso que tem e tem buscado valorizar sim a nossa Educação estadual.

Cumprimentar aqui o Sr. Fernando, professor do curso de Licenciatura em Educação do campus da UNIR e em nome do senhor cumprimento todos os demais componentes da UNIR que estão presentes, alunos e professores, e cumprimentar a Sra. Leila representante de todos os movimentos sociais do Estado de Rondônia. Eu quero dizer a todos vocês o seguinte, por mais que vocês pensem que eu estou aqui como alguém que traiu a educação do Estado de Rondônia, o meu pensamento e o meu coração não diz isso, e se vocês conseguirem assistir à apresentação, eu acredito que vocês vão entender porque nós estamos implantando Mediação Tecnológica. Então vamos lá. Eu só vou dizer ao Deputado Lazinho o seguinte, eu vou fazer essa apresentação, e, é claro que a gente tem a disposição, nós técnicos, ali estão os professores que trabalham no projeto, eles estão sentadinhos aguardando ali ansiosos também pela apresentação, conhecidos já no Estado todos esses professores, mas, eu gostaria de dizer a vocês que nós estamos apresentando o projeto e as considerações que forem feitas aqui nesta audiência serão trabalhadas, serão estudadas pela equipe da Secretaria de Educação, e quanto a questão do projeto não ter sido disponibilizado, que eu li isso também, esse projeto está passando por uma alteração em relação ao projeto inicial, o projeto inicial não previa Ensino Técnico Profissionalizante e o projeto atual ele prevê que esses alunos sairão no terceiro ano do Ensino Médio também formados como técnico profissionalizante. Então nesse sentido, então, a nossa gerente, a nossa Diretora de Educação Professora Angélica está ali, a Professora Angélica e a Geovana, nossa Coordenadora da Mediação, nós estamos trabalhando neste projeto e a nossa intenção é nesta semana próxima poder disponibilizá-lo já aos senhores com a parte que fala da formação técnica profissionalizante. O Ensino Médio no Brasil vem sofrendo uma decadência generalizada, nós temos dados do INEP que provam que 83% dos nossos alunos hoje, hoje, eles não passam na prova do ENEM, imaginem vocês apenas 17% dos nossos alunos são aprovados no ENEM, 83% desses alunos não conseguem fazer a prova e entrar na universidade, isso não são dados da Mediação Tecnológica, isso são dados atuais da Educação Presencial. Acontece, senhores, que o mal que nós estamos cometendo, é porque nós estamos ensinando esses meninos como se todos eles fossem gênios e todos fossem para a universidade, mas, nem no Brasil e nem nos Estados Unidos nós temos alunos que entram também na universidade, nós vamos ter sempre o aluno que conclui o Ensino

Médio e vai se profissionalizar, ele vai fazer um curso profissionalizante, ele vai abrir sua própria cooperativa, sua própria empresa e isso existe no mundo todo. Então por isso que no curso de Mediação, mesmo ele já estando aprovado nós decidimos inserir no projeto com uma parceria que nós firmamos com o Instituto Federal de Rondônia a parte do Ensino Técnico Profissionalizante, esses meninos terão cinco cursos profissionalizantes, eles é que vão escolher lá os cursos que eles querem fazer. Mas por que Rondônia abraçou e implantou o Ensino Médio com Mediação Tecnológica? Então vamos lá. O Ensino Médio com Mediação Tecnológica...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Calma gente, calma, calma, vamos lá, se a gente interromper, mais demora.

A SRA. APARECIDA FÁTIMA GAVIOLI - Gente, a história da mediação é assim: em Rondônia já tem seis anos que nós fazemos concurso para professores, mas, nós não conseguimos preencher o número de vagas, para onde que a gente preenche as vagas? Todas as informações que eu passar para os senhores estarão disponibilizadas em dados estatísticos, vocês podem ter certeza, eu jamais viria aqui falar qualquer coisa que não tivesse como provar.

Eu faço concurso público e aprovo Professor Pedagogo em grande quantidade, Pedagogo eu aprovo. Para as áreas de difícil acesso, para as áreas de difícil acesso nem os pedagogos eu consigo aprovar. Quando eles fazem o concurso, eles escolhem os lugares distantes somente para passar no concurso naquela localidade, só que depois que eles são aprovados, ainda no probatório, eles começam uma luta para vir para as cidades do eixo da BR e, infelizmente, tem um limite que a gente consegue suportar, por exemplo, o professor faz um concurso e diz que vai trabalhar em Jacinópolis, em Rio Pardo, lá em Rio Pardo, só que depois que ele fez o concurso ainda no probatório, ele tenta duas coisas: a primeira ele se agarra no político mais poderoso da região e transforma a vida do Secretário de Educação numa verdadeira novela, inclusive dizendo: "eu quero que a senhora tire esse professor de lá e lote na cidade que eu estou pedindo". E esta Assembleia Legislativa aqui, esses 24 Deputados que nós elegemos há dois anos, eles têm um perfil diferente. Realmente, eu não posso dizer a vocês que nesta minha passagem pela SEDUC eu já sofri chantagens ou ameaças para transferir professor de um lugar pequenininho para um lugar grande, mas, como não estão encontrando força política para virem para cidade grande, existe outro caminho que os professores, tomam, e, eles procuram o médico e lá na Junta Médica, eles apresentam um problema de saúde e o médico vai dizer o seguinte: "solicito que esta pessoa seja transferida para o eixo da BR, tendo em vista que o médico que ela precisa é um médico especialista e aqui na localidade não tem".

Aí eu nego de novo. Quando eu nego, essa pessoa entra no Ministério Público e mostra para o Ministério Público que ela tem uma enfermidade e que ela não tem naquela localidade um especialista. Então, na maioria das vezes é concedida, é concedido o Mandado de Segurança para que esse professor seja transferido daquela localidade. Resultado, meus amigos, quase sempre eu inicio o ano em fevereiro, vai março, vai abril, vai junho e eu continuo sem professor porque o profes-

sor que estava naquela localidade um, dois, que passaram no concurso, eles foram embora para outra cidade, aí vocês devem está pensando assim: “mas, se o professor faz concurso para Rio Pardo e ele sai de Rio Pardo, Secretária, porque é que a senhora não faz outro concurso para Rio Pardo”? E eu digo a vocês, antes de vir para a Secretaria de Educação, eu também cheguei a pensar assim, porque eu imaginava que o dinheiro da Secretaria de Educação era infinito, eu pensava que o orçamento da Secretaria de Educação era tão grande que a gente podia fazer o que a gente quisesse em relação a contratar professores, mas, aí eu descobri o seguinte, eu descobri mesmo, eu não tenho vergonha de dizer isso para vocês não, eu descobri que o orçamento da Secretaria de Educação, ele tem uma rubrica que é só para pagar professor. E ele tem uma rubrica que é para manter a Educação, reformar, comprar carro, comprar combustível, pagar energia, pagar água, telefone, da rubrica que eu pago o professor, eu estou 2% acima do que é permitido pela Lei. Então hoje, a folha de professores da Educação, a folha de trabalhadores, ela está em 82% de tudo que a SEDUC arrecada. Se a SEDUC um bilhão, a SEDUC vai gastar 820 milhões com a folha de pagamento e vai sobrar 180 milhões para a SEDUC custear 475 escolas.

Bom, então vejam vocês, eu não tenho como fazer concurso, porque eu não tenho limite fiscal, se eu fizer isso, eu vou incorrer em improbidade administrativa, e eu não vim para a SEDUC para cometer nenhum crime e nem para fazer mal a ninguém, mas aí, no Amazonas, no Piauí e na Bahia aparecia uma luz no fim do túnel, que foi descoberta em 2011 aqui no Estado de Rondônia, e aí quando começou a faltar professores na escola, o Ministério Público começou a me chamar e abriu Ação Civil Pública contra mim e eu fui condenada, a primeira condenação que eu peguei, eles bloquearam o meu salário de Secretária e me afastaram do prédio por 48 horas, eu fiquei impedida de entrar no prédio e isso aconteceu simplesmente por que eu não tinha professor para mandar para aquelas localidades, agora vocês imaginem, para uma pessoa que está chegando na SEDUC e descobre que vai ser condenada uma, duas três vezes, eu entrei me pânico e foi no Tribunal de Contas e disse para os Conselheiros, chamei os Conselheiros e disse: “olha esse é o dinheiro que eu tenho, eu estou no limite fiscal e essa é a necessidade de professores que eu tenho em Rondônia”. E o Conselheiro na época olhou na minha cara e disse assim: “Secretária, a senhora está lá é para isso, a senhora tem que viajar, a senhora tem que saber o que quê os outros Estados estão fazendo para resolver isso, se a senhora não pode contratar professores, a senhora precisa sim, Secretária, buscar alternativas para resolver o problema”. Muito bem. E aí a Angélica, que é a memória da Secretaria e já vinha trabalhando, já tinha aprovado Mediação na Assembleia, já tinha aprovado Mediação no Conselho. Ela disse o seguinte: “Secretária, a senhora deveria ir ao Amazonas conhecer o modelo de educação a distância do Amazonas, que é a Mediação Tecnológica”. E eu fui. Só que o Amazonas, ele tem estúdio próprio e o estúdio do Amazonas hoje, se eu quisesse montar em Rondônia com certeza eu precisaria do orçamento, do custeio de um ano da SEDUC. Então eu não tinha como montar o estúdio. Voltei do Amazonas sem resolver nada do meu problema, por que eu continuava sem poder contratar professor, e eu continuava sem professor e eu continuava respondendo as

MS, e, sem dúvida nenhuma, o Tribunal de Contas também já vinha no meu encalce. Sendo assim, apareceu uma proposta que assim no nosso entendimento merecia ser estudado em 2015, o Instituto Federal de Rondônia que se faz presente aqui nessa plateia, ele foi procurado por mim por que ele disse que ele tinha um estúdio e que o estúdio dele não era igual ao do Amazonas, mas, na capacidade técnica ele se estendia até os mais longes rincões aqui de Rondônia. Então eu pedi ao IFRO que fizesse uma apresentação das aulas que ele já tem, por que o IFRO, o Instituto Federal, os alunos têm a base nacional curricular, eles têm via Mediação e o técnico tem Presencial. Aí eu disse: “poxa vida, eu acho que o IFRO pode nos atender”. Então nós fomos até o Instituto, ele apresentou para nós o projeto e ele disse assim: “o que eu quero de vocês é que vocês me dêem com estas matrículas, a possibilidade de oferecer um curso técnico profissionalizante pelo Instituto Federal. Então ele fica matriculado com vocês no Ensino Médio e fica matriculado comigo na educação profissional”. E aí o profissional para dar a parte do profissionalizante o IFRO paga, mas, o IFRO paga, e, eu tenho que alugar o estúdio, e, eu tenho que pagar pela elaboração das aulas e etc. e tal. Então firmamos um convênio anual, eu pago um valor de acordo com o número de alunos que eu tenho. Então por exemplo, em 2016 um milhão e pouco, em 2017, até completar no final de 2019 nós vamos colocar, nós pagar para o Instituto Federal pela produção da

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Calma, olha eu quero pedir, por favor, para que a gente ouça e depois nós vamos ter as propostas que os movimentos têm, por favor, quero pedir isso. Vamos lá.

A SRA. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI – Obrigada. Bom, sendo assim o Instituto Federal fechou essa parceria no convênio, que está lá no Portal da Transparência, todos vocês podem ver que ao final dos 4 anos vai custar no custeio, isso não é dinheiro que pode virar folha de pagamento não, isso é custeio, isso é por dentro. Ao final dos 4 anos ele vai cobrar de nós por esse trabalho, 17 milhões. Muito bem, eu tinha agora o estúdio, mas eu não tinha os professores, por que para dá aula nesse estúdio, esse professor tem que ser um professor que já tenha sido avaliado e ele possa ser considerado um professor tipo professor de cursinho, professor que eles chamam hors concours (fora do concurso) fizemos a seleção dos professores, eles estão aqui presentes, está ali o Tales que é um dos professores da Mediação, e aí nós selecionamos os professores e em fevereiro nós iniciamos o projeto em Rondônia. O projeto já existe no Amazonas desde 2007, ele tem 51.500 alunos hoje, o Amazonas por causa da Mediação Tecnológica, o Amazonas hoje é um dos Estados que consegue pagar o melhor salário para os professores efetivos. O salário do professor lá no Amazonas hoje, para vocês terem uma ideia, o salário base do professor especialista, ele está R\$ 4.800,00, com as gratificações ele chega a R\$ 6.800,00. Então essa Mediação possibilitou que o Amazonas diminuísse o valor que hoje ele gasta com folha de pagamento, investe em folha de pagamento e conseguiu melhorar o salário dos professores que estão na sua própria rede. No Estado do Piauí, ele iniciou em 2012 e hoje ele atende 20.000 alunos. No Esta-

do da Bahia, ele iniciou em 2011 e atende hoje 17.000 alunos. No Estado de Rondônia, em fevereiro, nós iniciamos com 2.000 alunos. Então, vejam vocês, nós temos aqui no Estado de Rondônia uma alternativa para garantir acesso com qualidade, por quê? Esses professores são das áreas específicas; professor de Matemática dá aula de Matemática; professor de Geografia dá aula de Geografia, eu não tenho professor de área específica para colocar nas minhas escolas de Ensino Médio. Essas aulas que são preparadas lá dentro do Instituto Federal, elas contam com imagens externas. Então, eu realmente, assim, eu não estou implantando a Mediação com a intenção de fazer com que os meninos sejam prejudicados, lógico que não. Eu estou implantando a Mediação, porque se não fosse a Mediação Tecnológica, estas crianças até hoje estariam sem aula, porque não tem nem professor para eu mandar para essas localidades. Eu tenho muito professor, mas, eu tenho muito professor com laudo médico, eu tenho muito professor na rede, mas, eu tenho muito professor que está lá, infelizmente afastado da função dele em sala de aula e isso é um laudo médico, como que eu vou questionar um laudo médico? As aulas são transmitidas via satélite, existe um sinal que o Instituto cobre hoje no Estado todo, e, elas são transmitidas via satélite, elas são ministradas por um professor da área no estúdio e eles usam a melhor solução tecnológica que nós temos em Rondônia em larga escala no sistema público de educação. Esse projeto, ele está aprovado no Conselho Estadual de Educação por meio da Resolução 1166/2013 e ele atende a Legislação Educacional vigente, ele garante, eu quero que vocês prestem bem atenção nisso aqui que eu vou falar agora. Esse projeto, ele garante a todos vocês: 800 horas, 200 dias e 4 horas de aula por dia. Isso aqui é tão sério que quando acontece de cair o sinal no início da aula, eu e a equipe da Mediação ficamos sabendo imediatamente que lá em tal localidade o sinal do satélite caiu. Então, vejam os senhores, quando acontece um feriado na cidade, tem um feriado lá em Presidente Médici, para eu conseguir dar esse feriado em Presidente Médici, eu tenho que consultar a Comissão da Mediação, porque na Mediação, são realmente 200 dias letivos, não tem como liberar o aluno para participar de qualquer evento, não tem, ele tem que ter as aulas dele. É por isso que lá no Amazonas os alunos da Mediação; no Amazonas já tem avaliação deles e a qualidade deles é igual em alguns pontos, até melhor do que um aluno que nós temos com aulas regulares. Por quê? Porque existe um comprometimento com a carga horária, com o conteúdo e com o professor realmente em sala dando aula naquele horário. Nós temos uma implantação gradativa e uma presença obrigatória, ele atende a Lei, o aluno tem que ter 75% de presença; o aluno tem um professor Presencial, aqui é que a gente está sofrendo muitas críticas porque as pessoas falam assim: "mas, esse professor presencial, Professora Fátima, ele não é formado em Geografia e o professor que está no estúdio é professor de Geografia, eu queria ter presencial o professor de Geografia". Como ele é modular, a gente trabalha, por exemplo, o aluno tem aula de Matemática; o aluno tem aula de Geografia; o aluno tem aula de História, ele vai eliminando as disciplinas. Esse professor presencial, a SEDUC o traz para Porto Velho ou o leva para Ji-Paraná, num lugar estratégico e a SEDUC trabalha com ele, para que ele seja preparado para ser um professor multidisciplinar como é

hoje no Projeto Salto. Então, ele não é um professor qualquer, ele é um professor que reúne as competências e habilidades previstas na Pedagogia para que ele possa ser o professor presencial. A comunicação dos alunos, ela se dá através dos chats quando nós conseguimos implantar internet já no primeiro semestre. Eu quero dizer aos senhores, que eu adquiri para as comunidades que não tinham energia elétrica, eu tenho várias comunidades, Deputado Lazinho, que não tinha energia elétrica; o Rio Pardo, por exemplo, não tem; a Bahia das Onças não tem, eu adquiri através de licitação, motores estacionários, levei esse motor para essa localidade, coloquei energia elétrica lá na comunidade e nós estamos num processo de licitação que se encerra; se Deus quiser, dia 30 de julho, para que todas essas localidades ainda em 2016 tenham acesso a internet. Então, também em Rondônia teve um diferencial, nós conseguimos adquirir porque essa aula que é dada no estúdio, ela fica disponível, tanto no youtube, como fica disponível no nosso Portal que o Sawada está aqui, Secretário ali da NEDETS do Estado, o Sawada está terminando de concluir o Portal, onde todas as aulas ficarão disponíveis nesse Portal. Então, o Governador disse o seguinte: "olha Fátima, se é um Ensino Tecnológico, eu quero que vocês entreguem para o aluno um netbook ou um tablet para que ele grave essa aula e leve essa aula para ele assistir em casa a hora que ele quiser, como se fosse um reforço". Por exemplo. Vejam vocês, o aluno, ele acabou de ter aula de Português, então, ele terminou a aula de Português, ele vai lá salva essa aula, coloca no netbook e leva para casa, se domingo ele quiser assistir a aula de novo, ele vai assistir, se ele quiser assistir na sexta, ele vai assistir. E aí gente, nós entregamos então os netbook para esses alunos da Mediação, eu fiquei até chateada porque eu soube que houve uma interpretação de isso estava parecendo assim: "olha estão dando netbook". Não, gente, ninguém aqui está dando netbook de graça para ninguém não, nós estamos dando netbook como se fosse um investimento, porque lá dentro vai estar toda coleção de livros que um aluno do Ensino Médio precisa ler para passar no vestibular, para passar no Enem. E eu quero dizer a vocês o seguinte: a Mediação Tecnológica deve ter problema que precisa ser resolvido, mas, eu queria saber se o Ensino Presencial não tem, eu queria saber isso também. Então, olha lá, problemas existentes, eu não tenho professor habilitado por área para todas as escolas, eu não tenho, eu estou dizendo a verdade, quando falta dinheiro na casa de vocês, vocês não têm que falar a verdade? Olha não tem dinheiro, eu não tenho, mesmo que eu quisesse, o Ministério Público pode me incriminar, pode me condenar, o Tribunal pode condenar, o Tribunal de Contas pode recusar as minhas contas, eu não tenho dinheiro para contratar professor, porque minha folha em Rondônia é uma das mais altas do País, e vocês hão de convir comigo que a gente está fazendo um esforço sobrenatural para que nossa folha possa ser rigorosamente paga em dia. E aí vejam vocês aqui, olha, a ausência de professores habilitados por área, locais de difícil acesso. Eu vou falar aqui alguns nomes que são conhecidos de 20% da população de Rondônia, não mais que isso. Mas aqui todo mundo vai ouvir falar hoje em Disneylândia, Rio Pardo, Jacinópolis, que é um problema grave que eu tenho, Tubarão, Escola Tubarão, eu soube ontem, Deputado Lazinho, que na Escola Tubarão, agora, hoje, tem um professor, as duas pro-

fessoras que estavam na Escola Tubarão laudaram esta semana, sobrou uma professora lá, eu não tenho como implantar a essa altura, mas eu também não tenho professor. Então, assim, chega uma hora, gente, que isso precisa ser explicado, ser exposto, não é maldade não, quem me conhece, aqui tem gente que me conhece e sabe que jamais eu viria para a SEDUC para fazer maldade, eu estou aqui para tentar resolver problemas que os próprios órgãos me pediram para encontrar uma solução, as vagas não são preenchidas, são preenchidas vagas para pedagogos, mas não são preenchidas vagas de História, de Geografia. A UNIR de Rondônia, ela abre o PARFOR, que é um Programa de Formação de Professores, quando a UNIR, ela abre esse PARFOR, ela vai comigo, ela fala: "Fátima, estão abertas as vagas do PARFOR, ajude a divulgar". E eu ajudo. Hoje o Governo, paga para o professor que quiser fazer o PARFOR, ele paga diária, hotel e alimentação e a gente não consegue fechar a turma, porque o pessoal não vem para fazer o PARFOR, os pedagogos que já estão dentro da rede, eles não vêm para fazer o PARFOR. Ai, vocês vão me dizer assim: é porque o salário é muito ruim? Não, gente, o nosso salário em Rondônia, depois de uma luta muito grande dos sindicatos e de uma boa intenção do Governo, hoje o professor já consegue receber graças a Deus, R\$ 4.000,00, ainda é pouco, mas, já melhorou bastante, está R\$ 4.000,00 hoje no total que ele consegue sacar lá no dia do pagamento. Só que mesmo a gente melhorando ainda está muito longe de ser o que a gente precisa, mas, tem outro fator que está impedindo as pessoas de virem para a educação. Hoje o professor, que vem para a sala de aula de um concurso público, ele tem um compromisso muito grande em relação ao conteúdo, frequência, comportamento, atitudes, e isso faz com as pessoas passem num concurso e em um ano, um ano e meio depois, eles descubram que aquilo não é para eles. Olha, as crianças estão insubordinadas é o que eu ouço todo dia: "Secretária, os alunos estão insubordinados, eles não querem aprender, as famílias não nos ajudam e eu quero pedir demissão". Porque assim, a parte do conteúdo é comigo, mas, a parte da boa educação das crianças é com os pais, eu não posso responder por professores que estão pedindo exoneração porque os pais não estão conseguindo educar essas crianças em casa. Então, não é só dinheiro, não é só salário, infelizmente tem haver com falta de educação da maioria dos estudantes, e isso faz parte da idade deles, Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal, eu não preciso falar sobre essa Lei com vocês, qualquer gestor público que infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal, comete improbidade administrativa, e, sem dúvida nenhuma é um gestor que vai ficar condenado e vai ficar com o nome sujo, e nem se aposentar ele vai conseguir, tá?. Quais são os pontos favoráveis que nós temos já com avaliação na Mediação? Ampliação do atendimento nas comunidades, construção de escolas. O Governo do Estado vai construir agora já está na SUPEL para licitar, Deputados. Nós vamos construir em 17 municípios, um bloco de salas para atender os alunos do Ensino Médio, serão três salas de aulas, um banheiro feminino e masculino, uma sala administrativa para os professores e para guardar o documento destes meninos. Nós temos também a garantia de educação com um padrão de qualidade, porque esses professores, eles são avaliados toda semana e se eles falarem uma besteira em cinco minutos, eu vou saber que o conteúdo não

estava correto, então tem um padrão de qualidade sendo cobrado nessas aulas e as aulas são dadas com professores habilitados; a inclusão digital, a diminuição da evasão, a evasão do Ensino Médio. No Ensino Regular hoje, nas aulas no Ensino Regular, a evasão do Ensino Médio já está em 12%. 12%. Na Mediação 2.7%. Eu estou bem melhor aqui do que estou no Ensino Regular em relação à evasão. O profissional, ele vai sair, o menino que terminar o Ensino Médio, ele sai com dois diplomas: um oferecido pela SEDUC, de Ensino Médio, e um diploma do Instituto Federal de Ensino Técnico Profissionalizante. O valor do Convênio é de R\$ 17.571.000,00 o equipamento é de R\$ 2.700.000,00, e esse equipamento inclui os netbook, as compras que nós estamos fazendo. Nós vamos investir nos próximos quatro anos R\$ 20.271.000,00, ele equivale a R\$ 6.757.000,00 por ano, ou seja, R\$ 567.000,00 por mês. Um comparativo econômico: são 80 escolas que são assistidas pelo projeto. Nós temos oito professores habilitados, para atender toda a nossa grade curricular; seriam necessários, hoje, contratar 712 professores se nós tivéssemos que suspender a Mediação hoje, eu teria que colocar para dentro 712 professores. Supondo que precisaríamos contratar quatro profissionais para cada unidade, com uma média de salário que nós temos hoje na Folha, nós teríamos ali R\$ 1.068.000,00 por mês; o que vale a R\$ 13.884.000,00 por ano, e o que vale equivaler o período do contrato com o Instituto Federal a R\$ 41.652.000,00. Então vejam os senhores, com a Mediação eu vou gastar vinte e com a não Mediação, correndo o risco de fazer concurso e o cara nem está lá para dar aula R\$ 41.752.000,00. Nós temos dentro do projeto hoje, conforme orientação do Conselho Estadual de Educação, que é o órgão que nos assessora nossos projetos, a recomendação para implantar o Professor de Educação Física. Esse professor, ele tem que começar a dar aula no regime de rodízio, mas, ele precisa trabalhar com as nossas turmas de Mediação. Eles também recomendaram que a gente faça uma sequência dos componentes curriculares, e, também produção de aulas com tradução em Libras, nós não tínhamos surdos no programa, mas, agora nós temos. Então os surdos terão agora os intérpretes no estúdio para traduzir as aulas para eles. Nós também precisamos conveniar com os Prefeitos, um transporte adequado para que as Prefeituras não levem os nossos alunos para casa antes de encerrar o horário da aula. Então isso já está em discussão no transporte. E aqui novamente o Ricardo e o Sawada para nos garantir que ainda esse ano nós teremos instalação de internet em todas as escolas estaduais que oferecem hoje a modalidade de Mediação. O DECTE que é uma Diretoria de Governo, ele é muito importante para garantir esse processo. Aqui tem a evasão escolar em Rondônia. Olhem vocês. 20% dos alunos desistiram da escola nos últimos anos e a gente acredita que o motivo que os fazem desistir é por causa da falta de professores mesmo. Na Mediação, a gente juntando todos os alunos não chega a 6% ainda. Aqui a média geral, as notas dos alunos, quanto que eles estão tirando em cada disciplina como nota. O índice geral de aproveitamento deles, olhem vocês, total de aprovados, total de retidos, total de transferidos. E eu quero dizer a vocês o seguinte: essa aqui não é a melhor opção, a melhor opção, sem dúvida, era ter dinheiro e contratar um professor para cada escola, mas, esta é a opção que eu tenho

agora. E não pense os senhores que a gente não tem um olhar voltado para todos os estudantes. Ontem eu falava para o Deputado Lazinho, esta semana eu voltei o Instituto Abaitará para o regime de alternância. O Abaitará estava trabalhando em um regime integral e essa semana eu determinei que o Instituto volte para a alternância, porque quanto mais eu consegui colocar meninos dentro do Abaitará na alternância, menos necessidade eu tenho que ter essa modalidade de ensino. Eu também quero dizer a vocês que as EFAs, o Governo assinou com o Deputado Lazinho, assinou com o Fábio um convênio com as EFAs onde ele, graças a Deus, conseguiu melhorar muito a questão da captação de recursos das EFAs, e ontem eu dizia para o Deputado Lazinho que em Cerejeiras e Urupá, eu tenho duas escolas que se vocês quiserem implantar uma EFA para mim vai ser um orgulho, eu estou à disposição dos senhores para fazer as mudanças que vocês sugerirem, não esperem de mim nenhum ato de revidar ou de agredir porque eu também tenho que ter sabedoria o suficiente para entender que tudo que é novo assusta, mas, eu preciso que vocês compreendam, ainda, eu espero estar viva, eu ainda vou encontrar com alguns de vocês e vocês irão me dizer assim: "Secretária, quando a senhora levou a Mediação eu pensei que a senhora estivesse querendo o nosso mal, mas hoje eu vejo que era a Mediação a solução que se apresentava naquele momento". Um dia ela acaba, um dia ela vai ter que acabar, mas neste momento ela é o que eu tenho. Muito obrigada a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Vamos na sequência, vamos na sequência, obrigado. Passar agora para a Professora Doutora Marilsa Miranda, da UNIR, por 10 minutos. Pode usar a tribuna, seja bem-vinda. A Professora Marilsa e o Professor Maciel vão ter 05 minutos cada um, ok? Pode iniciar professor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MACIEL - Bom dia. Inicialmente eu gostaria de informar que nós estamos aqui representando alguns grupos de pesquisa da UNIR, mas, nós não falamos em nome da UNIR e sim em nome dos grupos de pesquisa vinculados ao CNPq, ao Ministério da Educação, esses grupos de pesquisa que tem dado grande contribuição a educação deste País. Sr. Presidente, em nome de quem eu cumprimento os demais colegas, diante do que eu ouvi, como eu sabia que só teríamos 07 minutos aqui para os dois, nós reduzimos a nossa argumentação simplesmente a algumas questões legais, e diante do que eu ouvi, é necessário que se suspenda imediatamente este projeto. Eu coloco aqui como subtítulo e mostrarei por que, um projeto para acabar com o pouco da qualidade da educação da escola pública em Rondônia, agora já que falaram de Jacinópolis, então vamos mostrar uma foto de Jacinópolis, parece uma escola do projeto de assentamento Burareiro criada em 1974 e aí é o seguinte, por que os professores não vão para as localidades de difícil acesso? Porque não há condições de trabalho e aí está o exemplo. E agora as argumentações legais, porque esse projeto é ilegal? Primeiro: o projeto aprovado no Conselho pela Resolução 1166 não é o mesmo que está sendo implantado, portanto, é fraude. Como prova, como um projeto aprovado em 2013 pode se fundamentar numa resolução do Conselho Nacional de Educação de

02 de fevereiro de 2016? Impossível, a menos que haja De Volta Para o Futuro III. Segundo: o artigo 4º: "as instituições de ensino públicas vinculadas aos sistemas estaduais de ensino devem se orientar por essas diretrizes operacionais", isso na lei de 2016. Inciso: "e se dará nos seguintes termos: atenderá ao disposto nas normas definidas pelo respectivo Conselho Estadual". Onde estão as normas do Conselho Estadual?

Não há nem no parecer e nem na justificativa do projeto, prova?

Não há parecer com fundamento nessas normas simplesmente porque o parecer foi aprovado em 2013 e essa Resolução é de 2016, ademais, duvido muito que o Conselho Estadual já tenha elaborado essas normas de fevereiro para cá. Terceiro: "O Projeto cria um tipo de curso cuja natureza não existe em nenhuma Lei do País". Só para relembrar o que existe na Lei. Modalidade. Significa presencial e a distância. Duas: Lei. Nas etapas do Ensino Médio existem quatro tipos de cursos, Ensino Médio Regular, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos e Integrado. Aí vejam, não existe nada de Mediação Tecnológica. Na Lei existe o seguinte: § 1º do art. 4º - a modalidade de educação à distância é aqui entendida como uma forma de desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem mediado por tecnologias.

Vejam, que a tecnologia é um meio, não é um tipo de curso, é uma questão simples de falta de domínio de Língua Portuguesa, que é um absurdo. Então, o que nós queremos é o seguinte e a nossa proposta, Ensino Presencial com a Mediação Tecnológica e não Ensino a Distância. Novamente uma foto, obrigado aos companheiros que mandaram as fotos, lá de Jacinópolis, olha o piso. Esta foto foi tirada por uma brecha dessas na sala de aula. Aí o argumento fundamental do Projeto é uma falácia, vejam, não existem pessoas formadas, eu peguei só as quatro áreas de um concurso de 2010 para provar que existem pessoas, demanda no Estado de Rondônia. Das 10 melhores escolas estaduais olhem só a colocação 4.086 o 1º lugar e o 9º lugar, 8.162; esse ensino vai efetivamente piorar esse tipo de qualidade da educação e mais do que isso, do ponto de vista do desenvolvimento do Estado vai concentrar as escolas como se apresenta aqui nesse quadro tiraram do Enem de 2010. Aqui a Mediação Tecnológica, finalmente, eu retiraria tudo o que disse, se quem está propondo esse Projeto colocasse os seus filhos nele.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos lá, Professora Marilsa, vamos ouvir a Professora Marilsa, também pelo tempo de 05 minutos.

A SRA. MARILSA MIRANDA – Bom dia a todos! Gostaria primeiramente de saudar à Mesa em nome da companheira Leila, do MPA; Gostaria de saudar todos os Movimentos Sociais presentes neste momento, o MST, MAB, Liga de Camponeses Pobres, tantos outros movimentos do campo e da cidade que estão hoje aqui contestando a implantação do EMITEC. O Professor Maciel falou da ilegalidade desse Programa, esse Programa de fato tem criado grandes contradições no Estado de Rondônia, e nós do Grupo de Pesquisa do HISTEDBR, da Universidade Federal de Rondônia estudamos esse Projeto, estudamos tudo o que foi proposto pela SEDUC, que está sendo chamado de Educação com Mediação Tecnológica. Tanto

no Projeto quanto na fala da Secretária, o argumento principal é que esse Projeto está sendo implantado para atender as áreas de difícil acesso, a LDB fala dessa excepcionalidade de educação à distância na educação básica para atender excepcionalmente lugares longínquos aonde não é possível oferecer educação presencial, não é o caso, que está acontecendo em Rondônia, essa excepcionalidade virou regra, esse projeto está sendo implantado em 72 escolas do campo, 58 da cidade. Tem difícil acesso na cidade? As escolas do campo onde está sendo implantado esse projeto, são todas escolas próximas a cidade, escolas cinco quilômetros, quatro quilômetros da cidade, como é de difícil acesso? Então esse projeto, esse argumento já é furado, é falso, está sendo implantado em todo o Estado de Rondônia, no campo e na cidade. Outro argumento da SEDUC que não há professores, como vai haver professores se não há concurso? Tem um exército de reserva esperando para o concurso público. Outro argumento, que isso vai fazer com que o Estado economize com a folha de pagamento, o Estado agora vai economizar com a folha de pagamento a custa de uma educação de terceira categoria para o povo de Rondônia? A qualidade desse programa é lamentável, é vergonhoso assistir aqueles programas, parece programa de auditório de televisão, programa de auditório, aquilo é anti-científico; é uma piada você assistir aqueles programas, isso não é Mediação Tecnológica, é a maneira como está sendo colocado isso, as populações do campo estão recebendo esses programas por pen drive, o material pedagógico é slide, nós queremos uma educação científica, nós não queremos esse tipo de educação para o nosso povo. Os estudantes do campo principalmente, não têm o acesso a internet, teria acesso a internet se tivesse aula num espaço adequado, com Mediação Tecnológica de fato e que os alunos tivessem acesso contínuo a internet, mas, não tem. Então o que que vai restar a esse aluno? Um programa de televisão, nada mais que um programa de televisão, é isso que a gente tem assistido cotidianamente nos locais onde foram encontradas as aulas com essa Mediação Tecnológica. É preocupante o que está acontecendo com as escolas do campo em Rondônia, a educação do campo sempre foi relegada, sempre foi negada aos camponeses, historicamente em nosso País, 23% dos analfabetos nesse nosso País estão no campo e não há nenhum compromisso com a educação do campo nos últimos anos do nosso País. Sabe o que que nós estamos presenciando agora? O fechamento das escolas dia após dia nos últimos dez anos, de 2003 a 2012, nós tivemos 32.000 escolas do campo fechadas em nosso País. De 2003 a 2014, nós tivemos 37.000 escolas do campo fechadas e Rondônia foram fechadas mais de 70% das escolas do campo, nada mais, nada menos nos últimos dez anos que 1.150 escolas do campo foram fechadas em Rondônia nos últimos 10 anos. E agora vem esse projeto de Mediação Tecnológica como se fosse a salvação da educação do campo. Para concluir aqui, não só a questão do campo, mas, também a questão indígena, está sendo implementada também na educação indígena. Os povos indígenas têm direito a educação específica intercultural, bilíngue, diferenciada e não essa porcaria do EMITEC, isso nada mais, nada menos significa o quê? A privatização do Ensino Médio, esse projeto de reestruturação do Ensino Médio que está sendo feita por meio da educação a distância agora, aproveitar para fazer uma denúncia, o Governo do Estado de Rondônia

está sistematicamente dia após dia fechando as salas de aula do Ensino Médio em quase todas as escolas do Estado de Rondônia, para quê? Para que a população vai pagar o Ensino Médio no sistema "S"? É para isso? Então o que está acontecendo hoje só tem o nome, privatização do Ensino Médio. É por isso que nós somos contra, abaixo o EMITEC, por uma educação científica de qualidade para todos os povos do campo e da cidade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Professora. Chamar, quero convidar para fazer uso da palavra, passar a palavra para o nosso Mestre de Cerimônia e já chamar o Dr. Rodney de Paula, Procurador de Justiça, representando o Ministério Público aqui no Estado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar mais uma vez a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid que está compondo à Mesa; esteve conosco e vai retornar o Excelentíssimo Senhor Deputado Laerte Gomes e agradecer também a presença do Excelentíssimo Senhor Adilson Neves Magalhães, Secretário Municipal de Educação de Urupá; Senhor Felisbino João Santana, Coordenador Geral da Câmara de Educação do Território Cidadania da Madeira-Mamoré – TCMM; Senhora Ana Lúcia, Coordenadora da Câmara de Educação do Território Cidadania da Madeira-Mamoré; Senhora Vanira Rodrigues Pedro, Diretora de Ensino de Urupá e o Excelentíssimo Senhor Vereador José Serafim Doré, Câmara Municipal de Cujubim.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Dr. Rodney de Paula, Procurador de Justiça representando o Ministério Público do Estado. Pelo tempo de dez minutos. Agradeço a compreensão de todos pela paciência e pelo nosso tempo.

O SR. RODNEY PEREIRA DE PAULA – Bom dia. Bom dia Deputado Lazinho, pela Audiência Pública que está sendo realizada nesta Casa Legislativa; bom dia Senhora Secretária de Estado, Fátima Gavioli; bom dia aos Professores aqui presentes, bom dia aos servidores públicos presentes. Meu nome é Rodney Pereira de Paula, sou Procurador de Justiça do Estado de Rondônia, represento a Instituição junto ao Tribunal de Justiça e também na área de educação. Eu gostaria de esclarecer aos senhores e as senhoras aqui presentes, que o Ministério Público do Estado de Rondônia está acompanhando a questão do Ensino Médio com Mediação Tecnológica desde o final de 2015, quando nós recebemos a notícia da implantação desse sistema ou dessa modalidade de ensino no Estado. E desde então nós estamos recolhendo as informações de todos os órgãos competentes que tem a responsabilidade de fazer a avaliação e implantação desse sistema, dessa modalidade de ensino. Começamos primeiro solicitando as informações da Senhora Secretária do Estado de Educação e fazendo diversos questionamentos a respeito desta modalidade de ensino. Após, fizemos diversas indagações, requisitamos informações ao Conselho Estadual de Educação, responsável pelo credenciamento e autorização da implementação da Mediação Tecnológica no Ensino Médio. Depois requisitamos ou solicitamos do Estado do Amazonas que nos encaminhasse o projeto integralmente também, porque o projeto do Estado

do Amazonas é o espelho que Rondônia está utilizando para a implementação do Ensino Médio com Mediação Tecnológica. Estamos visitando várias escolas no interior do Estado e no município de Porto Velho com a finalidade de fazer um levantamento em local, com o intuito de buscar informações, estamos fazendo, levantando fotografias, depoimentos de estudantes, fazendo uma avaliação do próprio sistema tecnológico para nós obtermos o máximo de informações para que o Ministério Público possa produzir um produto com a finalidade de chegarmos a uma conclusão a respeito da legitimidade do sistema de Mediação Tecnológica que está sendo implantado no Estado sobre vários aspectos. Nós estamos analisando a questão jurídica que foi colocada aqui agora a pouco, sobre a questão da legalidade da implantação do sistema através dos vários procedimentos que tem que ser observados rigorosamente para implantação de algo tão sério, como é o sistema de Ensino por Mediação Tecnológica. Então, a Legislação exige uma série de requisitos legais e nós estamos averiguando dentro do Projeto e dentro das autorizações que foram concedidas pelo Conselho Estadual de Educação, se esse projeto cumpre integralmente a Legislação vigente. Nós temos Resoluções do Conselho Nacional de Educação, nós temos Resoluções do Conselho Estadual de Educação, nós temos um Decreto Presidencial 5622 que tem que ser observado integralmente. Então, nós estamos analisando primeiro às questões formais e legais, e estamos observando algumas inconsistências e irregularidades. E vamos analisar para verificar se elas são transponíveis ou não, porque existem algumas questões muito importantes que eu já vou adiantar para os senhores. A legislação hoje determina que Mediação Tecnológica na área do Ensino Médio tem que ser muito bem montada, porque para nós do Ministério Público nos preocupa o adolescente, o adolescente que vai ser o sujeito dessa atividade educacional, porque nós nos preocupamos porque ele é um ser em desenvolvimento e para ele precisa ter todo cuidado, não pode ser implantado de uma forma açodada, tem que ser implantado de uma forma paulatina, tem que ser implantado de uma forma zelosa, tem que ser implantado de uma forma que não discrimine e nem negligencie o adolescente. Então, o cuidado que tem que ser dado para uma atividade de ensino dessa ordem, tem que ser o máximo com a maturidade e a consciência necessária, porque esse Projeto foi colocado no conselho em 2012, aprovado em 2013, e somente implantado em 2016. Ai já existe um problema muito sério, esse Projeto que está sendo implantado, não é o mesmo que está sendo executado, o Projeto que foi aprovado. Isso já foi diagnosticado, foi remetido ao Conselho Estadual de Educação um Projeto para ser reanalisado e o Conselho, inclusive, suspendeu qualquer tipo de atividade. Estamos analisando também não só a questão jurídica, nós estamos analisando a questão pedagógica, de toda a questão pedagógica relacionada à avaliação, relacionado à transferência de aluno, relacionado à implantação do sistema modular de ensino, relacionado ao transporte escolar, relacionado a todas as questões que esse processo de Mediação Tecnológica pode trazer impactando o adolescente. E estamos também fazendo contato, agora iniciamos com psicólogos para saber se essa interação por Mediação Tecnológica é interessante para adolescentes em situação de desenvolvimento. Uma coisa é Mediação Tecnológica para adulto e uma coisa é Mediação Tecnológica

para adolescente, nós adultos temos a liberdade de escolher a forma e como nós vamos querer aprender, agora com adolescente, nós temos que ter uma responsabilidade triplicada, nós não podemos agir de forma açodada. Então, eu estou aqui para dizer para vocês que não é por causa desta audiência, mas, nós há mais de duas semanas programamos uma reunião de trabalho amanhã em Ji-Paraná, com quase 80% dos promotores de Justiça, na educação para discutir este tema. E amanhã vai sair uma decisão do Ministério Público sobre essa situação, qual é a atitude que o Ministério Público vai tomar, qual é a atitude que o Ministério Público vai tomar, vai ser em uma reunião de trabalho em Ji-Paraná, conseguimos congregamos 80% dos promotores, porque alguns estão de férias, outros estão de licença, mas, trabalharemos esta questão. Temos também fundadas dúvidas a respeito da Mediação Tecnológica porque existe uma dicotomia intensa de conceitos, se é ensino presencial ou ensino EAD e esse terceiro gênero que está querendo ser implantado aqui no Estado, que é apenas Ensino Presencial com Mediação Tecnológica. Já conversei com conselheiros, do Conselho Estadual de Educação no Ministério Público, para tratar desse assunto. Ontem, nós estivemos reunidos com a senhora, a senhora representa? A Via Campesina, o senhor o SINTERO, CUT e vários outros movimentos também para saber o que esses movimentos trazem a respeito do assunto, quer dizer, principalmente na questão da educação no campo. Se esse Projeto tem por finalidade levar educação às escolas rurais, tem que ter esse viés de atendimento aos requisitos previstos na legislação. Então, eu estou aqui trazendo para os senhores a satisfação do Ministério Público do que nós estamos acompanhando, não perdemos de vista esse Projeto, vamos acompanhá-lo até o fim e vamos tomar as providências necessárias. Amanhã, nós estaremos numa reunião de trabalho com os Promotores de Justiça, estamos levando um grande material de discussão, um grande volume de informações com o Projeto do Estado de Rondônia, o Projeto do Amazonas, os Atos do Conselho Estadual de Educação, os Atos da senhora Secretária de Estado da Educação, e todas as informações a respeito do assunto, inclusive até nós vamos solicitar o trabalho que a UNIR montou, que eu tive, nós tivemos conhecimentos ontem que a UNIR, necessariamente não a UNIR, não representante da UNIR, mas, o setor da UNIR, dos professores, também está produzindo um trabalho relacionado a esse assunto, e nós vamos solicitar que esse trabalho venha ao nosso conhecimento. Então, eu gostaria de dar essa satisfação aos senhores e as senhoras aqui presente, muito obrigado Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Doutor. Quero convidar Claudir Mata, representando aqui o SINTERO.

A SRA. CLAUDIR MATA - Bom dia. Bom dia a todos do campo e da cidade. Quero parabeniza o Deputado Lazinho. E dizer Deputado Lazinho que a gente pode estar aqui hoje porque tem um trabalhador Deputado sentado aí, que veio da luta do Movimento Sindical, é por isso que a gente pode estar aqui hoje com toda essa oportunidade. Dizer gente que o SINTERO com muito orgulho; estou aqui representando o SINTERO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de

Rondônia, que se fez e se faz na luta de todos, mais de 22.000 filiados neste Estado. Estou aqui com o relatório de já cinco Regionais no Estado inteiro em relação ao Projeto, e a gente colocou alguns pontos, Deputado Lazineiro; que eu já passei o relatório para o Deputado Lazineiro, vou passar, também para o Procurador que esteve aqui. E dizer, no Governo Confúcio já é o 4º Secretário de Educação, 5º Secretário, então dá para você fazer uma avaliação da educação, nós enquanto trabalhadores em educação, enquanto sindicalista, enquanto líderes. Eu sou Secretária de Assuntos Educacionais do SINTERO e sou Secretária Executiva da Federação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Nós temos hoje em nível de Brasil um desmonte da educação pública com as OS querendo assumir as educações em nível de Brasil com denúncia. Nós estamos com vários projetos na Câmara federal que é a Câmara do BBB, Boi da Bíblia e da Bala, que não consegue discutir, que não consegue discutir a educação pública com qualidade e com qualidade social. Uma educação laica eu tenho dito em vários cantos deste País e do nosso Estado; se educação pública fosse cumprido os princípios que está na Constituição no artigo 206, no artigo 3 da LDB de 96, Constituição de 88; nós fizemos agora ao Plano Nacional de Educação e semana passada dia 14, eu participei na Câmara dos Deputados sobre os dois anos do Plano Nacional de Educação. E, aí, a gente hoje, a gente preocupado com o desmonte de um plano que nós temos 20 metas e que foi construído, gente, pelos trabalhadores e pela sociedade em nível de Brasil. É igual ao Plano Estadual de Educação do Estado de Rondônia, a Lei nº 3.565 que foi construído por muitos pais que aqui estão, por trabalhadores do campo e da cidade, por profissionais da Educação nas Conferências e é um Plano que está aí posto e que precisa ser cumprido. Então nós temos muita legislação da Educação. Mas o que acontece gente, educação pública é discurso na campanha. Educação pública é prioridade na campanha. Quando o pessoal ocupa os espaços de poder, esquece que a Educação Pública tem que ser prioridade e que nós precisamos de uma sociedade consciente, e aí eu quero chegar na Mediação Tecnológica. O Estado de Rondônia não tem um Projeto de Educação para o campo, não é Fábio? Há tempos a gente vem discutindo isso, não tem, não existe um projeto de educação para o campo. Mas não é para o pessoal sair do campo, não é para o pessoal querer vir para a cidade. É uma educação do campo para o pessoal ter dignidade e poder viver no campo que ele gosta do campo. Não existe isso, com dignidade para ele estar no campo. E, aí, nós temos um desmonte da educação pública, com isso nós temos um desmonte do Ensino Médio, ultimamente isso é no Brasil inteiro e em Rondônia também, porque a gente não tem. Aí eu vou citar aqui muitas coisas que já foram faladas. Concurso Público, porque é que a gente não tem profissionais da Educação querendo assumir? Por quê? Gente, se você for ser qualquer executiva aí, você ganha mais do que um trabalhador em Educação que está se doando; trabalhador em Educação, eu posso falar, eu tenho 18 anos de sala de aula pública, eu fui do tempo que eu tinha duas turmas, uma de manhã e outra de tarde. O único que a gente poderia escolher ainda era dar aula na mesma turma. E você professor, trabalhador em Educação, ele deveria receber era hora extra, porque ele leva para casa é um quilo de coisas para corrigir. E, aí ele tem que atender a comunidade, ele está doente sim. O trabalhador em Educação

está doente, está doente. Nós temos aí um monte de trabalhador em Educação doente. Nós temos um monte para se aposentar, e nós não temos o concurso. Eu sei que diante da realidade do país, eu sei da Folha, eu sei de todas essas questões. Mas nós precisamos de um projeto de educação pública, laica de qualidade com qualidade social, gente, a gente precisa, e, esse projeto não é um projeto para agora, nós temos um projeto para 10 anos, mas, ele precisa ser começado, se ele não for começado como é que ele vai ser concluído? E o projeto para a classe trabalhadora não é para que a pessoa tenha discernimento, para que você consiga cobrar, é um projeto para você ser alienado. Então é por isso que eles querem terceirizar a educação pública no nosso País agora com projeto da escola sem partido, que vocês estão vendo, é o projeto que está em andamento no nosso País, é escola sem partido, é a escola alienada, é a escola que eu não consigo discutir a minha realidade e a realidade de todos, respeitando cada uma, essa é a que está em foco no nosso País, tanto que a gente tem o foco, a educação está em risco e essa educação é uma educação pública, gente. Então é por essa educação que nós lutamos e a gente sabe que o mercado é que regulamenta tudo. Então é por isso que nós precisamos ter uma educação pública com qualidade social, para que todos tenham acesso, que foram excluídos anos e anos. O SINTERO não se furta de discutir nenhum projeto e nós estamos dentro da discussão de todos os projetos, todos os projetos a gente está discutindo, agora você discutir e você ter autonomia para fazer as coisas, são outros quinhentos, o sindicato discute, ele propõe, mas, ele não tem autonomia de fazer, quem tem autonomia de gestão é quem está na pasta da gestão e a gente tem um problema sério no Estado de Rondônia, é histórico, e aí eu falo, Fátima, é a herança, é o desmonte da educação pública, que não é prioridade, quantas vezes nós ocupamos esta Casa de Leis aqui para o Plano Estadual de Educação, para o Plano Municipal, para Plano de Carreira, para receber salário? Não foi uma nem duas vezes não, foram muitas vezes, até dormimos nesta Casa aqui enquanto trabalhador em educação, e quando eu falo isso é em cada canto do Estado, é cada diretor, eu estou aqui eu vou passar relatório dos companheiros do Estado inteiro. A Mediação Tecnológica do jeito que foi proposto não está acontecendo, ela está acontecendo nas cidades sim, nas escolas urbanas, nas escolas urbanas onde não tem professor, mas por que não tem professor? Porque não tem concurso, porque não é valorizado e porque ninguém quer ser professor. Eu pergunto aqui, o filho do trabalhador, quem é que quer ser professor? Eu tenho três filhos, nenhum quis ser professor, estudaram na escola pública, acabou de ser aprovado na UNIR de Médici, Engenheiro de Pesca o meu filho, mas, ele não quis ser professor porque não tem valorização, isso não é ideologia não, isso é verdade, é realidade, é a profissão que forma todas as profissões e nós somos muitos; toda vez que fala em alguma coisa para educação somos muitos. Aí eu quero entrar num outro item que foi colocado no seminário, 25% para a educação não é muito gente, não é muito, ele pode ser mal gasto, mas ele não é muito, precisaríamos de 30%, 35% para a gente fazer uma educação pública de qualidade, nós precisamos de 10% do PIB, e, nós não podemos abrir mão disso para a educação, nós precisamos de mais recursos, nós precisamos de recursos sim para valo-

rizar o trabalhador, mas, como só fica no discurso, quando eles ocupam e: “não, não vamos valorizar a educação”, e para tudo se dá um jeito, dá o jeitinho, mas, nós precisamos é dessa educação pública de qualidade. E falando no projeto, para concluir, falta internet, está aqui à relação, não tem toda essa questão pedagógica que eles colocaram a relação e cumprir a LDB na questão da especificidade local, e, eu quero fechar com o pensamento do Paulo Freire e eu quero mais Paulo Freire e menos Alexandre Frota, porque o novo Ministro da Educação ele não ouviu e ele foi ouvir o Alexandre Frota, eu quero mais Paulo Freire, finalizando aqui com Paulo Freire: “Não é possível refazer esse País, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério com adolescente brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo sonho e inviabilizando o amor, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Claudir. Quero chamar Rosimeire Oliveira.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Anunciar aqui a presença do representante da Casa Civil do Governo do Estado o Exmº Sr. Glauber Gahyva.

A SRA. ROSIMERE FERREIRA - Deixa eu só corrigir que é Rosimere Ferreira, está bom? Bom dia a todos. Em nome do Rodnei, que é o Coordenador do Território do Vale do Jamari, eu quero cumprimentar todos os estudantes que estão sendo atingidos pela Mediação Tecnológica que se encontram aqui na Assembleia Legislativa. Eu falo em nome do Núcleo da Câmara de Educação dos Territórios da Cidadania, Madeira-Mamoré e Vale do Jamari da qual eu sou membro e eu vou fazer a leitura do relatório que foi levantado das pesquisas que foram feitas por esses núcleos.

Tendo como objetivo o levantamento das condições em Implantação do Projeto Ensino Médio com Mediações Tecnológicas no Território da Cidadania Madeira-Mamoré e Vale do Jamari, as Câmaras de Educação, instância participativa, propositiva e deliberativa da gestão e do controle social das políticas de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, realizou entre os meses de maio e junho de 2016, visitas em diversas escolas. O levantamento dos dados foi realizado por membros das Câmaras de Educação juntamente com a Assessoria dos NEDETS.

Constatou-se que na implantação do EMITEC nas escolas não houve consulta ou participação da comunidade escolar. Destaca-se que nenhuma das escolas visitadas no EMITEC está contemplada no Projeto Político Pedagógico dessas escolas.

Quanto o planejamento das aulas que os professores presenciais não participam de sua construção e elaboração, nem mesmo a escola participa, o que resulta em um descompasso entre o planejamento e as diretrizes estabelecidas no Projeto Político Pedagógico.

No que concerne à execução e a avaliação da organização de cada unidade escolar tem por objetivo a valorização das diferenças, o atendimento a pluralidade e a diversidade cultural de cada comunidade.

Quanto à instalação do kit tecnológico nas escolas, que é anunciado no Projeto a instalação da antena, computador,

impressora, webcam, microfone, telefone IP, impressora, no break, um televisor LCD 42 polegadas; verificou-se que apenas a antena foi disponibilizada em algumas escolas, outras receberam apenas o televisor, as demais tiveram que ceder os seus televisores bem como impressoras e computadores.

No que se refere ao material didático anunciado no Projeto a saber: livros, fornecidos pela SEDUC, materiais de apoio produzido pelos professores ministrantes e notebooks para os alunos constatou-se que o material didático disponível aos estudantes são reproduções dos slides utilizados pelos professores ministrantes.

Quanto aos notebooks, apenas, algumas escolas visitadas receberam, no entanto, nenhuma das escolas disponibiliza acesso à internet para os alunos, pela insuficiência de suporte no sinal, o que inviabiliza a interação dos alunos com o professor ministrante no estúdio e conseqüentemente a resolução das dúvidas.

Muitos alunos relataram que para efetuarem alguma pesquisa ou acessarem as vídeoaulas disponíveis no youtube necessitam pagar pelo serviço em lan house. Os estudantes relataram que mesmo quando o professor ministrante usa de recursos como vídeos educativos, textos e gráficos, esse material não é disponibilizado, apenas os slides.

No que concerne à interação dos alunos com o professor com o professor ministrante no estúdio que de acordo com o Projeto seria estabelecido por meio de chat em tempo real, garantindo a completa comunicação entre os participantes do Processo de Ensino Aprendizagem, constatou-se que nenhum aluno tem acesso ao chat, pois não existe acesso a internet para os alunos em sala, nem mesmo acesso ao ambiente virtual dos EMITEC.

De acordo com o relato dos alunos, apenas, o professor tem acesso via outros meios de comunicação como WhatsApp e mesmo assim, apenas estabelecida entre: professor ministrante e o professor presencial.

No que se refere à infraestrutura e organização das escolas para a implantação do EMITEC, uma das primeiras questões percebidas é a peculiaridade do horário dos alunos que frequentam o EMITEC, em relação aos demais alunos da Escola.

O Projeto funciona apenas no período vespertino das 13h00 às 17h00, isso impactou de forma direta no horário de funcionamento das escolas.

A alimentação dos alunos é precária, e, muitas escolas que atendem o EMITEC estão com problemas na alimentação.

Numa das escolas os funcionários terceirizados estão em greve, paralisados, por não receberem os salários há mais de 90 dias.

Além disso, a escola não tem merenda escolar para ofertar aos alunos o que implica na dispensa dos alunos às 16h00.

De acordo com a comunidade escolar, os alunos e os pais fizeram um documento recusando a implantação do EMITEC na escola, mas, o mesmo foi recusado pela Coordenadora do Projeto.

No que se trata, na comunidade de Ariquemes, onde o Projeto é implantado nas escolas municipais em parceria, o EMITEC atende os alunos do Ensino Médio nas escolas do Município. Os alunos que eram nota 10, alunos destaques no 9º

ano estão em exame final na Língua Portuguesa, em Geografia e Biologia, eles estão frustrados por que eles estão sendo responsabilizados por esse fracasso, e é urgente, a comunidade diante dessa situação pede urgentemente a parada desse processo. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Passar a palavra para o senhor Fábio Menezes, para que ele faça uso da palavra, vai pegar o vôo agora meio dia e vamos ouvi-lo e aí e posteriormente a Leila.

O SR. FÁBIO MENEZES – Bom a todos, dizer que comemorando 23 anos de FETAGRO eu gostaria de estar numa festa, mas, infelizmente a Federação nasceu da luta dos trabalhadores, naturalmente 23 anos depois nós estamos discutindo um assunto que discutimos quando ela foi fundada há 23 anos, que é a educação do campo, então como é uma luta constante. Queria saudar aqui o Deputado Lazineho em nome dele os demais integrantes da Mesa, saudar o Procurador Rodney, em nome dele os demais participantes aqui dessa Audiência, pretendo ser breve. Do ponto de vista político nós temos consciência de que o ensino a distância, ele vai trazer danos graves para a agricultura familiar, agora e no futuro, assim como foi à polarização, assim como foi essas medidas que distancia a escola das pessoas, até a tecnologia, ela é excepcional, ela deve, inclusive, estar em todas as escolas do Estado, todos os alunos da rede estadual tem direito a ter um notebook, um netbook, um tablet isso é verdade, já deveria estar, todas as escolas ter uma biblioteca virtual dada, inclusive, a baixa qualidade das bibliotecas que nós temos. Agora isso não pode ser um usado como trunfo para a implantação de um projeto dessa dimensão, a experiência do Amazonas, nós não podemos comparar Rondônia com o Amazonas, os professores não andam 4 dias de barco para chegar numa escola, apesar de estarmos na mesma região do País, nós temos realidade díspares, muito distintas, e que infelizmente estão sendo usadas de maneira talvez não condizente com a realidade. Acho que falta diálogo e eu gostaria que a Secretária estivesse aqui, por que se nós estamos discutindo educação e está havendo nas suas palavras uma relação de um contra o outro, significa que ou a educação que está sendo ofertada não é a que o sujeito do campo quer, ou o Estado está equivocado. Por que essa era para ser uma Audiência de harmonia e não um contra o outro, usando aqui as palavras que ela proferiu. Outro aspecto importante é o que se chama de interação, por que eu lembro que no meu Ensino Médio tinham disciplinas que eram muitos difíceis e que eu dava muito trabalho para os professores, para entender o que quê era objeto direto, objeto indireto, às vezes depois das aulas eu ficava lá pentelhando o professor e essa interação via chat, via bate papo, eu acho que ela compromete essa relação professor/aluno. Eu creio que isso pode trazer resultados muitos danosos da gente ter egressos no ensino superior, com mais deficiência do que já tem hoje, eu acho que isso tinha que ser levado em conta. Penso, inclusive, que os professores deveriam refletir seriamente sobre o que está sendo construído aqui no Estado, vejam, oito professores vão substituir setecentos e doze, se colocarmos isso numa escala maior, oitenta professores vão substituir sete mil e duzentos. Então isso precisa ser pensado. Penso que o professor presencial

pelo que está no projeto, ele está recebendo uma nomenclatura inadequada, por que eu sou pedagogo, fiz um curso de Pedagogia da Terra com enfoque para a Educação do Campo e eu não me sinto, se eu fosse para a sala de aula ser um professor presencial eu não me sentiria muito contente com essa função, por que de fato os 4 anos, professora Marilsa, que eu fiquei lá ralandando, eu não estaria colocando o meu conhecimento à disposição dada as tarefas que estão sendo ali ofertadas ou designadas para professor presencial. Por último eu vejo assim; nós já estamos a três anos tentando estabelecer um diálogo com o Estado, fizemos isso no Grito da Terra, quando ainda era Secretária a Isabel e com todo respeito, eu acho que nós estamos discutindo a educação do País, estamos discutindo a educação de Rondônia. Eu acho que está na hora da gente sair da defensiva e começar a ouvir os Movimentos Sociais, ouvir os que os movimentos querem para a educação do campo, eu não estou aqui para dizer se eu sou contra ou sou a favor, não é um ringue onde o Estado está contra os movimentos e os movimentos contra o Estado. Eu acho que a gente precisa pensar aqui é; qual é o problema que está originando a implantação do ensino a distância no campo. É a falta de professores? Ótimo. Vamos qualificar professores, vamos criar um grande Programa de Qualificação de Professores para as áreas que têm necessidade. Vamos criar uma Coordenadoria de Educação do Campo na SEDUC, vamos criar um Programa de Educação do Campo para o Estado, porque isso vai nortear, inclusive, a educação pedagógica nas escolas, a construção dos projetos pedagógicos. E nós estamos disponíveis para construir, nós temos propostas já que o Estado conhece, o exemplo é Abaitará; quando o Estado quer fazer bem feito, o Estado sabe fazer, uma estrutura maravilhosa, os alunos produzem parte dos seus alimentos, você conversa com os alunos, estive com eles na Rondônia Rural Show, dá gosto conversar com os alunos, a empolgação que eles falam; as Escolas Famílias já têm mais de 20 anos no Estado e mostra como é que se dá para se fazer educação do campo. Então, eu acho que a gente tem condições de construir alternativa, que não seja ensino à distância, que não seja esse processo que vai afastar o educador do educando. Então, veja Secretária, que a gente precisa, precisa urgentemente construir uma alternativa, porque se não pensarmos nisso, significa que essa proposta é ad referendum, ad eternum; significa que a ideia é expandir o programa; significa que a ideia é substituir o estudo presencial pelo ensino à distância. Eu acho que isso não vai agregar na construção que nós temos que fazer. Para concluir, eu gostaria de fazer aqui um pedido; a gente tem esse diálogo com a Escola Família Agrícola, sendo já concluída, porém, o que nós estamos pleiteando ainda não foi totalmente conquistado, que é a regulamentação do Programa de Bolsas, o repasse dos Recursos do FUNDER para alunos da EFA, porque se esse Programa funcionar plenamente, as EFAS têm condições de dobrar o atendimento, hoje atende a quase 1.000, tem condições de dobrar para atender a 2.000. Então, eu acho que precisa ter essa questão, a construção da EFA Manoel Ribeiro, construção da EFA Manoel Ribeiro em Cerejeiras, que, inclusive, foi uma promessa do vice-governador Daniel, se fosse preciso tirava do bolso, já tem 03 anos que a gente está aguardando os recursos para a construção da EFA e dizer que nós queremos cons-

truir uma proposta de educação do campo para Rondônia que valorize o sujeito, que valorize a agricultura familiar e que traga simplesmente a cidadania e o reconhecimento daqueles que produzem a comida para a mesa de todos nós. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Presidente. Eu quero aqui pedir agora, porque nós vamos ouvir que aqui não é só para ouvir os profissionais ou os movimentos, mas, ouvir também quem participa diretamente do aprendizado. De um lado e de outro nós vamos ouvir quem está estudando e aluno que não está gostando da forma de educar. São dois alunos de cada e eu quero pedir para todos que ouçam, independente do lado que ele esteja, porque essa Audiência é para isso. Nós queremos ouvir quem está lá na sala de aula e está gostando do processo e queremos ouvir quem foi para a sala de aula e não gostou do processo. Eu quero pedir a compreensão agora para que esses jovens possam se expor, falar. Quero trazer a aluna Daniela Bento, aluna da Escola Dona Benta, de Presidente Médici. Com todo respeito, vamos ouvi-la. Também o Tiago Pereira, o Tiago Pereira, da Liga dos Camponeses Pobres, Tiago Pereira. Também Vitória Alecrim Mattos, estudante secundarista, para ficar aqui perto e Jeane da Silva, aluna da Escola Professor Jorge Moulassi, de Ariquemes. São os 04 que vão falar. Pode usar a palavra filha.

A SRA. DANIELA BENTO – Bom dia a todos. Bom, primeiramente eu gostaria de falar que não somente eu, mais todos os alunos da minha sala da escola onde estudo com a Mediação, estamos sendo favorecidos com o projeto, estamos tudo está sendo muito favorecido porque professores, são professores que dominam a matéria que está sendo passada, não são professores de outra matéria querendo ensinar tipo Biologia...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu quero pedir, eu quero pedir o respeito com os alunos que vão se pronunciar ok.

A SRA. DANIELA BENTO – Obrigada. São professores que dominam a matéria, como eu estava falando, e não são professores de outra matéria querendo ensinar outro assunto, e as atividades são propostas, fazemos as nossas atividades, professora presencial no caso Josileide, ajuda-nos a resolver as atividades e logo após, ela manda a nossa resposta pelo chat que sempre está funcionando e os professores tiram dúvidas, falam nosso nome, nos parabenizam pelos acertos e sempre nos motivam a continuar, e as aulas são muito dinâmicas, eles sempre, ainda mais de Matemática os professores elevaram o astral lá no alto porque colocaram paródias. Outra maneira de se entender o conteúdo para nós jovens e também, nós alunos não temos nada do que reclamar, é um projeto que está nos favorecendo muito, muito mesmo, os equipamentos que foram dispostos estão nos ajudando mesmo de forma, que eu não tenho nem como explicar. Está nos ajudando bastante, e eu creio para quem acha que não está servindo; a melhor forma seria assistir a aula, porque todas as dúvidas são tiradas. E nossa Escola Dona Benta, os alunos estão saindo muito bem em todas essas matérias que já foram passadas e todos, não tenho que reclamar sobre os alunos, está sendo tudo muito bem lá na Dona Benta.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado a nossa aluna Daniela, vamos ouvir. Por favor, quero ouvir o aluno Felipe. Vamos ouvir da mesma forma que ouvimos a Daniela.

O SR. FELIPE – Na minha escola, não está funcionando esse Projeto, por quê? Os alunos não estão prestando atenção nas aulas, isso está estragando o nosso projeto. Os alunos ficam mexendo no facebook, mexendo em vídeos e também em outras besteiras que ficam pesquisando, eles pesquisam, na escola achando nos notebooks deles várias besteiras, até coisa que não é adequada para a idade deles, acharam. As aulas, os alunos, não estão prestando atenção, está passando muito rápido as matérias, os professores lá na televisão estão passando, mostrando e os alunos não estão conseguindo nem pegar. Eu entrei num dia desses na sala lá, os alunos todo mundo facebook, lá mexendo, a professora de cabeça baixa dentro da sala, isso é educação? Digam-me, vocês acham que isso é educação? Então, um professor só fica lá dentro de sala com a cabeça baixa, isso adianta? Olha se for para não ficar sabendo de nada, eu prefiro parar de estudar, se essa tecnologia continuar. Eu vou parar de estudar e ficar fazendo, não adianta, eu já não sei quase nada, eu vou aprender como com isso? Então, se essa tecnologia continuar, eu vou sair da escola e pronto. Eu prefiro que a EMITEC, não exista nas nossas escolas, eu quero fora EMITEC, eu estou aqui representando o MAB e por isso que eu digo: fora EMITEC, fora Temer.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Felipe. Vitória, estudante secundarista, Vitória Alecrim de Matos. Vamos lá continuar no mesmo ritmo.

A SRA. VITÓRIA ALECRIM MATOS – Bom dia a todos. Gostaria de saudar primeiramente os estudantes em luta, combatíveis que se encontram presente ali contra esse Projeto que é uma reforma imperialista, totalmente imperialista que vai favorecer mais ainda o Estado podre de classes que a gente tem. Em nome do Movimento Estudantil Popular Revolucionário, do Grêmio Estudantil do IFRO, do CA de Pedagogia, da Comissão Organizadora do ENEP e do Movimento Nacional dos Estudantes de Pedagogia, nós nos posicionamos radicalmente contra esse Projeto, radicalmente. Primeiramente, lembrar a questão dos alunos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que estão ocupando as escolas lá de forma independente, romperam com todos os partidos, estão ocupando as escolas contra essa reforma que foi aplicada lá e que não funciona, lá não funcionou e com certeza aqui não vai funcionar também. Uma coisa é tecnologia para suporte na educação, outra coisa é um crime cometido contra o povo quanto ao acesso a produção científica. Como foi dito anteriormente, a tecnologia é um meio para passar o ensino, mas não é ensinado a esses estudantes como fazer tecnologia. Eu sou estudante do 4º ano do IFRO e não aprendi a fazer Ciência, eu aprendi a ser mão de obra barata, e é isso que eles querem: mão de obra barata. E saiba a SEDUC, o MEC e todas essas organizações que estão presentes no EMITEC que nós vamos lutar combativamente, radicalmente contra esse projeto enquanto ele existir. Porque isso é um crime, estudantes combativos vão lutar contra, enquanto existir. E nós fazemos um chamado aqui

a todos os estudantes que estão ouvindo sobre esse projeto, que não se iludam com essas falácias, porque isso não passa de falácia. Se liguem aos estudantes combativos e se unam, nós somos uma classe combativa e que consegue destruir tudo isso. E, independente da forma aplicada o EAD é um sucateamento, ele é um sucateamento porque ele ensina a passar no ENEM, ensina a passar em concurso. O ENEM que é uma prova de praticamente mil questões para passar na Universidade, se o Ensino Público fosse de fato gratuito, de fato de qualidade, de fato público, porque é que eu tenho que fazer uma prova de mil questões para entrar? Por que eu tenho que ficar mais de um ano pagando cursinho para entrar? E agora assistir aulas pela televisão? Que porcaria de ensino é esse? E ensino técnico à distância. O ensino presencial técnico já não funciona porque não tem o laboratório para a prática, como que eu vou me formar técnica sem prática? Que técnico é esse que não tem a prática técnica? Eu vou chegar ao laboratório só assistindo aula pela televisão? Que técnicos vão ser esses? Mão de obra barata, é isso. E eu convoco todos os estudantes a entrarem na luta e não desistam que nós vamos vencer.

O SR. LAZINHO DAFETAGRO (Presidente) - Obrigado Vitória. Aluna Jeane da Silva. Vamos lá

A SRA. JEANE DA SILVA – Bom dia a todos. Eu sou estudante da Mediação Tecnológica e eu sou totalmente a favor, porque eu sou a favor da Mediação na minha escola e em todas as escolas favorecidas no Estado de Rondônia. Primeiro fato. Disseram que não sei o que, não estão prestando atenção, que não sei o quê. Gente, olha aqui, mesmo que o professor esteja em sala de aula não precisa ele está se esforçando o máximo, porque quem vai fazer o nosso futuro, quem precisa lutar por melhor é a gente, ninguém tem que lutar por ninguém. A gente tem que prestar atenção, a gente tem que ser focado, é a gente que precisa disso, não são eles não. É a gente que tem que ser focado. Segundo ponto. As escolas Públicas, na minha escola, antes da Mediação Tecnológica, professores que eram formados em tipo Biologia. Eles vinham para a Escola, como são mais de 10 matérias no Ensino Médio, eles davam uma aula também de Física, Química. Como é que eles vão explicar uma coisa que não são formados? Como que não são qualificados, eles ficam na mesma situação que a gente. A gente espera deles e eles esperam de sei lá, buscar de livros para ver se consegue entender e explicar para a gente. Já na Mediação, não, são dois professores: um presencial, eles são altamente qualificados e do ensino ótimo, eles sabem como ensinar, eles sabem. Eu, eu tinha muita dificuldade em Matemática, e graças a Mediação Tecnológica, a professora Lúcia agora é muito melhor. Através de aulas dinâmicas coisas que levam a gente para cima, entrevistas, paródias, até hoje eu não esqueci a paródia da função afim, a melhor paródia que teve. Como é que, tipo, eu fui estudar para prova, eu peguei e comecei, estudei claro, aprendi a paródia, na hora da prova, eu sabia a prova, porque eu sabia a paródia. Então, a Mediação é uma coisa revolucionária, tanto para o campo. Porque gente, digamos, a gente é do campo, a gente, eu ando mais, quase mais de 30 quilômetros para chegar na escola. E geralmente, muitas vezes, digamos a ponte caiu. Mais de semana sem ir para a escola. E você acha que quando eu chego à escola, o profes-

sor vai vir comigo: “Jeane vai atrás do vai lá, vem aqui vou te explicar a matéria que você perdeu”. É lógico que não. Você vai atrás, você vai pegar do caderno do colega para fazer, agora na Mediação não, eu não posso ir para a escola, eu não tenho eu ir, o ônibus não veio, alguma coisa aconteceu, eu vou ter a teleaula, eu vou ter aula no meu netbook para eu poder estudar em casa...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Vamos acalmar, meninas, crianças.

A SRA. JEANE DA SILVA – Gente. Cada um tem a sua opinião.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Eu quero pedir para que mantenham a calma. Vamos lá. Acalmar.

A SRA. JEANE DA SILVA – Eu sou totalmente a favor da Mediação e eu espero estou no 1º ano médio e eu espero que os meus irmãos também passem para essa fase da Mediação, porque assim, eu sei que a Secretária, eu não sei onde ela está, mas ela também não, ela é tipo assim...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Olha, eu quero pedir, por favor, nós estamos discutindo educação, certo?

A SRA. JEANE DA SILVA - Se estivessem professores, pessoas realmente, assim, isso não seja o fato a ser discutido aqui, mas eu tenho certeza que todos aqui queriam que tivessem professor na sala de aula, professor de Geografia ensinando Geografia, professor de Matemática, mas gente a realidade não é essa, no campo a realidade não é essa, são professores de outras matérias, eu não queria mesmo, eu queria um professor em sala de aula, mas, a Mediação é um modo, é um método que eles conseguiram para reverter isso, é como a Secretária mesma disse, é um método, é um meio porque não tem professores, gente, não tem como isso, olha é assim. Olha essa é minha opinião, na minha escola todos gostam, todos aprovam, alunos são ótimos e aqui eu não sei quem foi à pessoa que falou que lá no município de Ariquemes muitos alunos estão tendo dificuldades em Geografia e Biologia, estão em prova final, eu só queria avisar que Biologia começou agora e nem teve nenhuma prova para determinar. Então obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Jeane. Tem mais três falas para nós passarmos para a Mesa para os encaminhamentos finais aqui. Professor Osiel Pereira, ele é professor Presencial da Mediação Tecnológica, por favor, professor. Nós estamos discutindo e tratando de educação. Vamos com calma, em seguida nós vamos ouvir a mãe de aluno.

O SR. OSIEL PEREIRA - Bom dia a todos. Eu viajei 800 quilômetros para chegar aqui nesta Audiência e quero dizer que eu moro na comunidade quilombola ribeirinha Forte Príncipe da Beira, muitos dos senhores conhecem lá, já passaram por lá em diversos momentos, trago aqui o meu abraço ao Professor Carlos, diretor lá da CRE de Costa Marques. Eu quero dizer que a comunidade Forte Príncipe da Beira há mais de 20

anos não tem Ensino Médio na escola na comunidade, a escola de Ensino Fundamental até o 9º ano, os alunos de Costa Marques, na região ali eles terminam o Ensino Fundamental e 60% dos alunos ficam na sua comunidade, um percentual baixo dos que se deslocam para outras escolas para dar prosseguimento aos seus estudos. A Mediação Tecnológica na comunidade chegou, não para atrapalhar e sim para somar com os alunos que queriam fazer o seu Ensino Médio e não conseguiram por questões familiares, financeiras, entre outras, oferecer o primeiro ano lá na escola está sendo o maior sucesso porque a Mediação Tecnológica está chegando num local onde eu saí há três anos e fui trabalhar lá, mas, a maioria dos professores que vão para lá, eles vão ficar, como já foi esclarecido, por pouco tempo e pedir a sua lotação para outra localidade e a comunidade então fica desprovida.

Lembrando os senhores, o projeto é um projeto que precisa de muitas adequações ainda, precisa melhorar, mas, o que está sendo ofertado não tinha sido ofertado anteriormente, ou seja, há mais de 20 anos os alunos não tinham Ensino Médio na comunidade Real Forte Príncipe da Beira. Eu como professor presencial quero destacar a importância dos professores ministrantes que fazem um excelente trabalho, eles apresentam os conteúdos, apresentam as estratégias de como chegar e adquirir saberes. Eu quero destacar a presença da minha função lá na turma do Real Forte Príncipe da Beira, professor não está lá de cabeça baixa para assistir aula não, ele está lá nos momentos para tirar a dúvida do aluno, ele está lá para trabalhar nos contraturnos, ele está lá para ser um mediador.

Eu quero lembrar aos senhores na minha adolescência surgiu o Programa de Ensino Pró-Campo. Quantos, acredito aqui, que são conhecedores de todos vocês a oportunidade que eu tinha de fazer Ensino Fundamental e Médio. Eu estudei sete anos no Ensino Pró-Campo, eu me formei Ensino Fundamental e Médio, fiz o vestibular da UNIR, no Campus de Rolim de Moura, 50 bolsas eu passei em 27º.

Então, eu me orgulho de ter formado na UNIR Campus de Rolim de Moura, eu me orgulho disso e me orgulho também da oportunidade que eu tive no momento.

O programa precisa de muitas, muitas adequações, somos conhecedores disso e com ajuda das opiniões, ideias públicas, ideias que venha a somar ela vai apenas crescer e multiplicar e os nossos alunos não serão aqueles alunos que vai ser os últimos não, nós seremos o primeiro da Educação do Estado de Rondônia. Obrigada.

(Às 11 horas e 56 minutos o Sr. Lazinho da Fetagro passa à Presidência ao Sr. Laerte Gomes)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Com a palavra, tem mais um, dois, três; três Oradores. Eu gostaria só que os nobres Oradores cumprissem o tempo estipulado devido o horário da Audiência que ela tem prazo para encerrar, para a gente poder avançar.

Então pelo tempo de três minutos o Professor de Ariquemes, Alan Duarte.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Devolvo à Presidência ao Presidente Lazinho da Fetagro.

(Às 11 horas e 57 minutos o Sr. Laerte Gomes passa a Presidência ao Sr. Lazinho da Fetagro)

O SR. ALAN DUARTE – Meu bom dia a todos! Eu quero aqui saudar a todos da Mesa e em especial a todos os Movimentos Sociais que estão aqui, todos, se não fosse vocês unidos nesses seis meses junto com a gente lá em Ariquemes, em Cacoal, Vilhena, e as regionais do SINTERO lutando esta Audiência não estaria aqui acontecendo agora.

Eu queria em primeiro lugar agradecer ao Lazinho por ser o proponente da Audiência, gostaria também de registrar o meu lamento, porque nesse momento tão importante, tão importante no Estado de Rondônia, assunto tão relevante sendo discutido e nós temos aqui três Deputados, são 24 Deputados nesta Casa e nós temos somente três, deveriam estar todos aqui, todos aqui.

Eu queria começar rebatizando o EMITEC. Isso não é Projeto, isso é uma falácia, um engodo, uma mentira, é preciso, Secretária, ter muita cara de pau e óleo de peroba para vir aqui nomear como Projeto um engodo, uma farsa, é preciso.

Bom, já que foi copiado do Estado do Amazonas, é importante registrar, um milhão e meio de quilômetros quadrados, aqui tem duzentos e trinta e sete. O Amazonas é sete vezes maior que Rondônia, o Amazonas está no coração da selva da floresta, Rondônia está na orla, na periferia dela. Aqui, o bioma se mescla entre floresta e cerrado, 52 municípios, apenas dois não se chega pelo asfalto, Pimenteiras e Campo Novo, se é que o asfalto já não chegou a Pimenteiras. Que difícil acesso é esse? Do ponto de vista geográfico esse discurso para justificar o EMITEC não procede, mas não procede mesmo. Outra coisa, no Amazonas você chega por ar, ou você chega pelo rio, aqui não, aqui não. Quando diz assim: “Mas é a falta de professor”. Que falta? Entupiram professor com 32 aulas. Em Guajará-Mirim não tinha onde lotá-los, não tinha onde lotar professor, estava sobrando. E falta professor? Se falta professor é porque não tem carreira atrativa. Diz que faz concurso, diz que faz concurso e concurso não preenche as vagas, desde que o Governador Confúcio assumiu, os concursos se tornaram escassos, escassos, o último foi em 2013, faz concurso, cria gratificação de difícil acesso. Vê se em Ariquemes falta professor de área rural. Os professores da área urbana brigam para ir para área rural, 50% uma gratificação; no Estado é de 20 a 40 e condicionado a uma quilometragem mínima, a escola tem que ficar no mínimo a 30 quilômetros do núcleo urbano; em Costa Marques tem uma escola 29 quilômetros, por causa de um quilômetro o professor não recebe gratificação de difícil acesso. Quem vai querer trabalhar na área rural? Ninguém. Ninguém vai querer.

Então pessoal do ponto de vista pedagógico, pedagógico...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Tempo!

O SR. ALAN DUARTE – Eu vou terminar, por favor. Do ponto de vista pedagógico o que a gente percebe é o seguinte: o critério usado para colocar nas escolas, o mediador, foi conve-

niência funcional, não foi pedagógico. No Amazonas o mediador que vai para a floresta, que vai lá para a tribo, que vai para a selva, ele é formado naquela disciplina que está sendo ministrada lá em Manaus; aqui conveniência profissional. Nós temos mediador em Ariquemes na beira de aposentar morando no sítio e que foi coagido: "Ou você aceita ser o mediador ou você vai para a cidade". A pobre não sabe nem colocar o pen drive na televisão. A aluna que veio aqui falar da escola Moulassi, lá em Ariquemes, realmente lá não tem problema geográfico, vocês estão a 20 quilômetros da cidade chegando asfalto, isso é difícil acesso para implantar a Mediação? Isso é difícil acesso? E para terminar o que está em jogo aqui não é apenas o modelo de educação, é um modelo de Estado, o que está sendo implantando aqui é o estado mínimo, sabe por que o feijão está caro? Porque não tem quem produz feijão, não tem! Estão expulsando o campesinato dando um pontapé na bunda dele, é isso que estão fazendo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok. Obrigado professor. Eu quero convidar a professora, da mesma forma que ouvimos o professor, ouçamos a professora Angélica Aires, Gerente de Educação da SEDUC. Da mesma forma que ouvimos o professor eu quero que ouçam a professora Angélica. Ok.

A SRA. ANGÉLICA AIRES – Bom dia a todos. Em nome da competente Secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli, eu quero cumprimentar esta Mesa. Nós temos uma visão muito diferenciada desse projeto, agora é preciso fazer uma leitura do cenário de forma muito responsável, infelizmente nós todos sabemos que o Ensino Médio do campo, ele iniciou em 2005, mas infelizmente eu não posso trazer aqui um relatório do Ministério Público, do Conselho Estadual de Educação, dos Movimentos Sociais em relação de que maneira esse projeto foi desenvolvido de 2005 até os dias atuais. Alguns alunos que aqui vieram falaram muito bem, professores em adaptabilidade, 80% da lotação dos nossos professores na Educação do Campo é adaptabilidade, é o professor de Português que vai para o campo dá aula de Geografia, de História, de Matemática, de Química e assim por diante. E aqui está se defendendo então que essa realidade permaneça? Não. Nós temos uma visão muito diferenciada desse projeto e temos clareza da necessidade dessa alternativa que é administrativa e que é pedagógica também, por que sem dúvida nenhuma, melhora o atendimento com os seguimentos do campo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos ouvir gente, por favor.

A SRA. ANGÉLICA AIRES – Mas todas as falas, nós viemos aqui para respeitar todas as ideias, mas, também queremos ser respeitados, aqui algumas colocações foram indevidas, agora de algumas falas me chamaram muito atenção.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Professora dá licença um pouquinho, eu quero pedir, que nós chamamos a Audiência Pública para ouvir os dois lados, gente, não foi aqui para a gente direcionar nada. Nós temos a obrigação e todos que estão aqui têm a obrigação de ouvir os dois lados, por favor. Pode continuar professora.

A SRA. ANGÉLICA AIRES – Algumas falas aqui chamaram muito a minha atenção e causaram bastante estranheza. Eu quero dizer aos senhores que em 2009 o Governo Federal lançou o maior plano nacional para formação de professores da Educação Básica, PARFOR. Eu quero dizer para os senhores, que a Universidade Federal de Rondônia, iniciou 22 turmas, 10 cursos. Eu quero dizer para os senhores que os cursos, todos foram suspensos, irregularidades na execução, eu quero dizer para os senhores que têm cursistas que entraram na justiça para retomada dos cursos, porque iniciaram em 2010 e até hoje não concluíram. Eu quero dizer para os senhores que o Estado do Pará formou pelo PARFOR 3.400 professores. Eu quero dizer, que o Estado do Amapá formou 800 professores. Eu quero dizer que o Amazonas 1.900 professores, agora, queiram saber quantos professores formou a Universidade Federal de Rondônia até o presente momento, até o final de 2016? A Universidade Federal de Rondônia até o presente momento formou 05 professores em Língua Portuguesa e mais alguns que vão se formar até o final do ano, mas, que não chega a 70 professores; esses são dados que podem ser comprovados por qualquer um dos senhores que queiram. Agora, o projeto, a Secretária falou muito bem, é uma alternativa para o contexto que nós temos, para o contexto que nós temos, ele não precisa ser perpétuo, não, ele não precisa ser perpétuo, ele não veio para ser eterno, ele veio para estar contemplando um ensino de qualidade dos nossos segmentos do campo, esse é o objetivo diante do cenário que nós temos. Porque, até agora parece que de 2005 a 2016, tudo funcionou perfeitamente; os professores em adaptabilidade; funcionou perfeitamente, os alunos tinham os dias letivos, tudo estava dentro da normalidade. Então, nós defendemos o projeto. Mas, para concluir a minha fala, eu quero dizer que esse projeto, ele consta no Plano Estratégico do Governo, ele é um dos projetos prioritários, ele é necessário, ele é necessário para o momento, ele é necessário para o cenário que nós temos e digo mais; confiem, confiem nas políticas implantadas pelo Governo, porque o Governo, o Governo...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok, para encerrar, para concluir, para concluir, calma, para concluir, calma, para concluir Professora, para concluir.

A SRA. ANGÉLICA AIRES – Confiem nas políticas do governo, confiem, porque esse Governo nunca virou as costas para os desafios imediatos. Mas, acima de tudo, quero concluir...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir, calma. Vamos lá, conclua Professora.

A SRA. ANGÉLICA AIRES – Para concluir, eu quero dizer que esse Governo, como nenhum outro tem compromisso com o futuro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Professora, obrigado, vamos lá. Dr. Isaias Fonseca. Eu quero pedir mais uma vez, quero pedir mais uma vez para que a gente mantenha aqui a forma democrática para discutir educação. Por favor, agora o Dr. Desembargador Isaias Fonseca.

O SR. ISAIAS FONSECA – Bom dia. Bom dia senhoras e senhores. Deputado Lazinho; meu amigo Glauber, Procurador do Estado; Secretária de Educação, em nome da qual eu cumprimento as demais autoridades da Mesa; Senhoras e Senhores; Senhores Professores. Eu gostaria de esclarecer que, em que pese eu seja magistrado, Desembargador do Tribunal de Justiça, eu estou aqui como cidadão e eu recebo no meu gabinete convites quase que diariamente para participar de cerimônias de Audiência Pública aqui na Assembleia Legislativa, e essa é a primeira Audiência Pública que eu compareço e eu estou de férias. E hoje eu estive no meu gabinete para vê como estavam às coisas, quando a gente está de férias mesmo assim o gabinete continua funcionando, e eu fui lá vê como estavam às coisas e me deparei com o convite do Deputado Lazinho. E como a minha origem é na educação, eu fui professor de Matemática por muitos anos e dentro do meu trabalho como professor de Matemática, eu ajudei na implantação do Projeto Pró-Campo, no Município de Cacoal, e era um Projeto voltado para ensino na área rural, inclusive hoje, eu fiquei muito feliz em vê que um aluno do Projeto Pró-Campo se formou na Universidade, isso me deixou muito feliz, estive aqui usando a tribuna. Então, quando eu recebi o convite, eu não resisti e vim aqui participar dessa Audiência Pública. E quando um Magistrado sai do seu gabinete e vem participar de uma Audiência Pública; quando o magistrado, ele sai do seu gabinete e vem participar como um agente da sociedade, como gente da sociedade, ele de certa forma, ele abre mão de uma coisa que todo Magistrado deve preservar que é a sua jurisdição, quer queira ou não, eu vou emitir aqui a minha opinião a respeito dessa matéria e uma vez fazendo isso, e se essa matéria um dia chegar ao Tribunal, eu certamente terei que abrir mão da minha jurisdição e me dá por suspeito, e não poderei como magistrado decidir a matéria, até porque, eu estou fazendo parte e aqui estou dando a minha opinião a respeito do assunto, isso para o Magistrado é uma coisa muito ruim que é abrir mão da sua jurisdição. Eu quero dizer que o Brasil, é um País muito grande, e todos sabem disso, nós vivemos num País continental e um dos grandes problemas nosso é a educação. Nós não podemos abrir mão de projeto nenhum na área de educação, o Brasil tem em uma das maiores questões a resolver, ainda é a questão de analfabetismo e questão de falta de educação para muitas crianças que não chegam, não chega à educação. Então, eu quero crer que nós investimos ainda muito pouco na área de educação, nós tínhamos que investir mais de 25% talvez até 30 ou 40% dos orçamentos do Estado, ou 10% do PIB, ou 15, 20% do PIB na educação para ver se a gente dá um salto de qualidade daqui a cinquenta anos, e nós temos que utilizar todos os meios disponíveis para poder chegarmos a esse nível de qualidade. Eu estava ali sentado ouvindo os dois lados e não aplaudi nenhuma das falas, eu só consegui aplaudir as falas dos alunos, que eu estava esperando e querendo ouvir a fala dos alunos. Eu confesso para vocês, eu vi a manifestação do pessoal que é bem contrário e todo mundo que vinha aqui falava que é favorável ao Projeto, e o pessoal vaiava, inclusive, vaiava as duas alunas que vieram falar que eram a favor. Eu confesso a vocês, pode ser que vocês me vaiam agora, mas, que quando eu ouvi duas alunas virem aqui defender o Projeto nas suas comunidades, e quando eu vi um professor vir aqui dizer que na comunidade deles, vinte anos

não tinha educação, eu tenho que dizer que nós temos que levar a educação para essas comunidades, não tem como, não tem como, não tem como, nós sermos egoístas a ponto de falarmos assim: olha, eu vou fazer concurso, e fazer concurso, mas, o professor não vai. Eu lá em Cacoal, quando eu trabalhava na área de educação, eu sou testemunha disso, eu trabalhei na Secretaria de Municipal de Educação de Cacoal, e quando nós íamos à comunidade rural para lotarmos os professores, nós chegamos na comunidade escolar e perguntávamos para a comunidade quem é que tinha a melhor formação dentro da comunidade para que aquela pessoa virasse professor, se tornasse professor da escola. Então a pessoa tinha lá: “eu tenho a 4ª série primária”. Outra: “eu tenho a 5ª série”. Então quem tinha a 5ª série se tornava o professor da escola. Porque nós não tínhamos professores para lotar lá, 50 quilômetros do município. Ai nós, ai quando eu vim trabalhar na UNIR como Procurador, foi criado o PROHACAP, que era um programa para qualificar esse Profissional, esse professor que não tinha formação de professor. Ai eu estive no Tribunal de Contas defendendo esse Projeto, os Conselheiros do Tribunal de Contas querendo colocar legalidade dizendo que a UNIR não poderia firmar, fazer o PROHACAP para qualificar esse professor, querendo colocar a Lei na frente do Projeto, eu fui um dos que fui lá defender dizendo: gente, que o Brasil precisa qualificar professores, esse profissional não tem a qualificação, nós precisamos levar a educação para o povo da Zona Rural. Vão lá à zona rural e vejam como é que seleciona esse pessoal. É assim que a gente tem que fazer a educação neste País. Agora vem uma aluna aqui dizer: “olha, nós não temos educação lá na nossa comunidade”. Como é que nós queremos ser egoístas e dizer que nós temos que ter profissionais para colocar lá e exigir da Secretaria do Estado que contrate professor? O professor não quer ir, gente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – vamos lá, para concluir.

O SR. ISAÍAS FONSECA - Eu quero dizer a vocês...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – vamos lá, para concluir, Doutor. É com o senhor.

O SR. ISAÍAS FONSECA - Eu ouvi as duas partes. Eu não estou aqui para defender projeto de ninguém, não.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos ouvir, por favor, gente. Senão, a gente não termina a Audiência. Vamos lá, para concluir, Doutor.

O SR. ISAÍAS FONSECA - Eu não estou aqui para defender Projeto de ninguém, não. Não estou. Se o Projeto...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Calma, por favor.

O SR. ISAÍAS FONSECA - Se o Projeto...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Por favor, por favor, por favor, por favor. Vamos ouvir, vamos ouvir.

O SR. ISAÍAS FONSECA - A professora não pode estar em todos os lugares, tem lugares que a senhora não pode ir.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos lá, Doutor.

O SR. ISAÍAS FONSECA - Se o Projeto tem problemas, que eu quero crer que tenha. Que teve Professores aqui que dizem que o projeto tem problemas, eu acho que a Secretária tem que ver os problemas e corrigir. Nós estamos implantando no Tribunal, só a título de comparação, nós estamos implantando no Tribunal o PJE, que é o Projeto Eletrônico em todas as Varas Cíveis...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir, Doutor.

O SR. ISAÍAS FONSECA - Só para concluir. E não está fácil. A OAB foi na CNJ e pediu a suspensão do Projeto de implantação, porque em algumas Comarcas como Machadinho do Oeste não tem internet, a internet é muito lenta. Então o Tribunal encontra problemas também nesta novidade de implantação do PJE, do Projeto Eletrônico. Então toda novidade, toda tecnologia, todo avanço é difícil. Só que nós não podemos negar a Educação a quem precisa. Então esse Projeto, eu quero crer que tenha problemas, tem que ser aperfeiçoado, mas, ele vai somar com outros, nós não podemos abrir mão de nenhum Projeto na área da Educação, gente. Então eu não posso acreditar que um Projeto desses veio tirar vagas de outros Professores, não é possível.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos lá, para concluir, Doutor.

O SR. ISAÍAS FONSECA - Eu não posso acreditar que...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Vamos lá, vamos lá que nós temos horário. Conclua, Doutor.

O SR. ISAÍAS FONSECA - Só para concluir.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok, ok. Para concluir, por favor. Ok, muito obrigado. Para concluir, Doutor.

O SR. ISAÍAS FONSECA - Só para concluir. Eu estava ali conversando com a Professora Joinete de Guajará-Mirim, ela me disse que realmente não tem concursos no Estado há muito tempo. Eu até gostaria de conchamar a Secretária aqui de fato realiza os concursos para preencher as vagas que estão em aberto, porque nós não podemos, temos que separar as coisas. Eu acho que tem que ter concurso público para preencher as vagas dos professores. Porque uma coisa tem que ser dissociada da outra. Esse Projeto, quero crer que veio somar, não veio dividir, não é para separar as coisas.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ok.

O SR. ISAÍAS FONSECA - E professor sempre vai precisar no país gigantesco como esse. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Doutor. Quero, agora, nós vamos passar, e aqui gente, volto a repetir, o objetivo é que nós estamos tendo a oportunidade, às vezes até com alguma dificuldade de poder fazer essa audiên-

cia pública no contexto geral, nós estamos tendo a oportunidade de ter o Governo na Mesa ouvindo, acatando e acatará as proposições, ouvindo os dois lados do problema ou da solução e aí nosso espírito não pode estar armado para a guerra que não seja a guerra de construção de uma melhor educação para o nosso Estado levando em consideração a visão de cada setor, é por isso que nós estamos aqui. Eu espero que vocês entendam o contraditório. Eu fiz o meu segundo grau com 45 anos de idade e é isso que eu tenho, numa escola multisseriada lá dentro de Jaru, eu consegui fazer três anos em um ano e meio, é uma forma de educar, e aí nós temos que captar todas as formas. Eu tenho certeza que este Deputado, esta Assembleia estará com a Secretária encaminhando as proposições que ela já disse que está aberta a discutir, é para isso que nós estamos fazendo audiência pública. Então agora nós vamos passar a ouvir a Mesa para os encaminhamentos, as falas e encaminhamentos para a gente depois fazer aqui o termo que nós vamos assinar e aí nós vamos discutindo isso ao longo do período junto com a Secretária, eu estou aqui para isso, para acompanhar junto com vocês. Agora eu entendo as vaias, os aplausos, isso é normal porque nós vivemos num País democrático e estamos numa Casa democrática para isso, aqui não tem nenhum alienado, aqui todo mundo pensa por sua cabeça e tem que fazer pela sua cabeça, entendeu? Então eu já fico satisfeito só pelo oposto e por um lado e o outro, por ter ouvido, por ter aprendido mais sobre os problemas que está vivendo e sobre o projeto, eu acho que isso é o mais importante. E agora eu quero passar para o Professor Fernando Bilhalva, da UNIR, já para fazer os encaminhamentos. E eu quero agradecer aqui a presença do nobre Deputado Laerte que nos acompanhou até agora que é líder do Governo, que vai nos ajudar em toda essa discussão e eu tenho certeza, Deputado, que eu posso contar com V. Ex^a, embora V.Ex^a tenha um defeito que eu não vou dizer agora, mas, assim como todos nós temos, ele é feinho assim, mas é gente boa, obrigado Deputado, muito obrigado. Agradecer a Secretária, que ela também viaja agora, ela vai viajar agora, assim como o Fábio já viajou e aqui está o Ecimar que é Secretário de Políticas Sociais da Fetagro também, nós vamos ouvir os encaminhamentos, aqueles que não falaram agora é para propostas e a fala, ok. Vai ter a fala da mãe, está bom, vai ter a fala da mãe. Eu quero passar para o professor, por favor professor, é com o senhor pelo tempo de 05 minutos.

O SR. FERNANDO BILHALVA - Bom dia. Eu agradeço a participação aqui hoje, a Mesa também, o Deputado Lazinho, esta Casa que ainda é um espaço democrático no nosso País, apesar de esse espaço democrático em Brasília ter se tornado um espaço muito complicado para a democracia nos últimos tempos, mas, eu quero agradecer especialmente as pessoas que vivem do trabalho, porque quem estuda na escola pública são os sujeitos do trabalho, mas, o que me parece que está posto aqui hoje sobre o EMITEC é uma velha história, gente, é uma velha história de luta entre capital e trabalho, entre os trabalhadores e os interesses do capital. Outra questão importante em relação a isso é que desde os anos 70 até agora, nós achávamos que Governo Lula e Dilma e na América latina os governos progressistas tinham acabado com o neoliberalismo, tinham destruído o neoliberalismo, mas, o neoliberalismo se manifestou na América Latina especialmente no Chile, a partir do Chile e depois se expandiu para a América Latina e o mundo com uma espécie de novo padrão de acumulação, colocou culpa no Estado e no trabalho. O Estado no sentido dos gastos sociais e aí você tem que transmitir o dever do Estado para a

iniciativa privada que aqui no Brasil seria as relações entre público e privado e o trabalho regulado, porque trabalhador regulado tem muito direito, então nós temos que acabar com trabalho regulado, temos que flexibilizar o trabalho.

Essa dinâmica, gente, está relacionada com a crise do Capitalismo, ou seja, esse é o receituário para resolver uma crise interna hoje estrutural do Capitalismo, ou seja, você tira o dever do Estado de prover a educação e você tira o direito do trabalho. Assim gente, falando agora em termos da educação, nós estamos falando aqui de educação enquanto um direito, direito que, o Estado tem que prover, mas quem tem que conceber é a sociedade, são as camadas populares que usam a educação pública.

Para mim o Projeto EMITEC hoje, ele é o retorno, ele é a reafirmação do neoliberalismo no Estado de Rondônia, onde, a educação da classe trabalhadora passa a ser coisa de segunda categoria e ainda é a invasão do privado através de vendas e contratos com o Estado de pacotes tecnológicos.

O problema chave aqui, já falando diretamente com a base, é da reestruturação do papel do Estado que ainda também está relacionado ao passado neoliberal e atual e há também a destruição, gente, da educação pública e ainda implica diretamente na Universidade, porque se não tiver mais concursos públicos, porque agora vai ter mais de sete mil pessoas acessando os bancos da escola por meio online, você tem um corte de custo, muito bem como a Secretaria pôs, mas, aqui a gente coloca o risco em todo o sistema educativo, porque nesse caso, a gente vai desconsiderar a possibilidade, inclusive, da própria Universidade Federal que está aqui e é uma conquista histórica desse Estado de formação de professores, porque, se eu não precisar mais formar professores e agora vai ter uma televisão, um pen drive ou um satélite, eu vou ter cortes de gastos, com certeza eu vou ter cortes de gastos, mas, corte de gasto está relacionado à empresa e a escola não é empresa, gente, a escola não é empresa.

Outra coisa, é com relação, já concluindo, não tem educação à distância para Engenharia; não tem educação à distância para médicos; agora, tem educação à distância para Pedagogo; tem educação à distância para filha de trabalhador do campo; tem educação à distância para os povos indígenas que estão se organizando no Estado do Amazonas hoje e são contra, contra a Mediação Tecnológica daquele Estado.

Outra questão, que aqui não é educação produtivista, números que vão garantir acesso a números da educação, nós estamos falando de concepção da educação e de Projetos que estão em disputa, porque hoje o que está sendo discutido aqui nesta Casa são Projetos em disputa.

Ainda outra questão, para ressaltar é que esse Projeto também está relacionado a um padrão de acumulação do Capitalismo que hoje está pautado por um debate interno no Brasil que é "Todos pela Educação", que é um monte de corporações desde Fundação Bradesco, Instituto Airton Sena, Roberto Marinho, que inclusive, vendeu a tecnologia para o Amazonas que agora está sendo trazido para cá para Rondônia.

Então gente, para concluir, educação é uma relação social e ela não pode ser intermediada por um processo simplesmente midiático, ela é uma relação social, ela é um produto social. E ainda, digo mais, o EMITEC, ele é antidemocrático, ele fere a gestão educacional, a gestão democrática da escola e ele é uma homogeneização do saber produzido especialmente por aqueles sujeitos que vivem em determinados locais nesse Estado, ou seja, uma educação específica de qualidade que é produzida pelo sujeito daquele local, seja ele indígena, seja ele do campo e seja ele mesmo da cidade. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Professor.

Passar agora para a companheira Leila Denise, representando o "MPA e o MAB".

A SRA. LEILA DENISE MEURER – Respirar fundo. Depois de tantas falas a gente se sente provocada várias vezes e fica nessa angústia de querer falar, então tem que respirar fundo para dar conta da tarefa.

Então bom dia, quase boa tarde a todas as famílias camponesas que estão aqui com pais, mães, estudantes e que vieram representadas pelos Movimentos Sociais; cumprimentar os ribeirinhos aqui da região de Porto Velho, os servidores públicos, educadores e educadoras que ainda acreditam e dedicam o seu trabalho pela educação libertadora, então bom dia, uma boa tarde a todos que resistiram e estão aqui para ouvir de fato as partes e ajudar a construir uma educação pública de qualidade. Recuperar bem brevemente de onde que vem o nosso pensamento e de onde que vem a nossa história. Nós somos camponeses, portanto, somos pessoas que existem desde o início da humanidade e a educação para nós sempre foi, principalmente à hora/aula, ela sempre foi um exercício muito grande, inclusive, para dar continuidade a nossa existência, e a educação desde aquela de dentro de casa de multiplicação do conhecimento, de reprodução do conhecimento. Então nós sempre usamos do exercício da construção do conhecimento que deve ser a educação como prática, inclusive, para a nossa existência, observando a natureza, entendendo como ela funciona para produzir, inclusive, o alimento que vai à mesa de todos e de todos nós. Então a educação para nós ela começa desde casa e nesse exercício da observação com a natureza, então ela é histórica para nós. Porém, o Estado, o institucional sempre ignorou esse princípio da educação que nós temos, que é dessa educação voltada de fato para a terra, uma educação como construção de conhecimentos. Ignorou tanto e sempre também desvirtuou a educação camponesa ou a educação do campo, a primeira escola de educação do campo foi uma escola técnica criada no Brasil que ela funcionava como reformatório. E qual era o exercício dessa escola? O serviço de roça como castigo, então isso mostra como o Estado brasileiro sempre tratou a educação do campo, com discriminação, como trata o povo do campo, e quando o povo se manifesta, criminaliza. Que é o que nós estamos vendo em Goiás, que é o que nós estamos vendo no Rio Grande Sul, o que estamos vendo aqui em Rondônia com a morte de mais de 20 camponeses no ano passado com conflitos agrários e esse ano passa de dois mil. E assim que o Estado trata o povo do campo, com desrespeito, e ignorando que tem uma história e que tem conhecimento. Apesar de tudo isso nós sempre nos organizamos e década de 90 no Brasil se constituiu um movimento muito grande em defesa da educação do campo e de construção de políticas públicas da educação do campo. Esse movimento culmina que em 2002, a gente conquista na Lei de Diretrizes de Bases muitos direitos em relação à educação, nós conquistamos que teríamos que ter um currículo específico para o campo e para cada área do campo do campo seria específico; se é comunidade ribeirinha tem que respeitar a realidade ribeirinha; se a comunidade é quilombola, tem que respeitar a história do povo quilombola; se é indígena tem que respeitar o povo indígena; e se é povo camponês, vai ter que considerar essa história, esse contexto. É isso que diz a LDB, e como é que nós temos com o EMITEC educação contextualizada. O EMITEC é educação padronizada, é padrão, e em relação a isso eu quero fazer um comparativo e dialogar com o

Desembargador que estava aqui que diz que está preocupado, que graças ao EMITEC uma comunidade de 20 anos hoje recebe educação. Eu quero dialogar por que quem não tinha educação lá até agora? Por que quem não tinha? Não é uma comunidade centenária que tem lá? Por que quem não se tinha educação? Se esse Estado está aqui para servir e para levar educação, por que não tinha? Por que não era interesse, que a educação que nós temos com o professor, colocar numa comunidade quilombola que tem história de luta e vai ser uma educação contextualizada, o que aquele povo vai fazer? Aquele povo vai se vê, vai conhecer a sua história. Agora uma educação com padrão que vê muita coisa aqui de Porto Velho lá na comunidade quilombola, vai saber de história de povo negro? Vai saber de povo que lutou para se libertar? Vai saber? Vai saber a versão de quem venceu, não vai conhecer a versão do seu povo. Então quando se tem professores em sala de aula ele vai fazer esse diálogo, isso a legislação nos permite, é lei. O que a Constituição também nos permite é que no artigo 205, que garante que as famílias e o Estado têm o dever de nos educar para o trabalho, para a cidadania. O nosso trabalho é a agricultura, e a nossa agricultura, e o campo que nós falamos, Angélica, não é o campo que produz soja, não é o campo que produz minério para exportar. O campo que nós falamos, o campo que nós vivemos é o campo que produz o feijão, o arroz, o inhame, a diversidade que nós temos em produzir alimentos e esse problema eu quero relacionar com a educação. O problema que nós temos de alimento, o problema que nós temos hoje de saúde pública, ele é fruto porque o Estado brasileiro escolheu padronizar a alimentação, você padroniza as pessoas comem comida a base de soja e de milho e de capim, porque hoje nós comemos 03, 04 produtos todos os dias e não fizemos a opção pela diversidade, não fizemos a opção pelo respeito à natureza na produção e a educação nós estamos no mesmo caminho. Fizemos a opção pela padronização da educação e isso não é de graça. Então, eu convido as pessoas que ainda não se convenceram de que a EMITEC é um problema e o problema não é, porque está sendo feito aqui em Rondônia, o que está acontecendo lá em Ariquemes, ele é um problema para o futuro da sociedade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Para concluir, por favor.

A SRA. LEILA DENISE MEURER – Eu queria, eu quero pedir que uma pessoa ocupe o microfone agora, em nome dos Movimentos Sociais também, que é o companheiro Thiago, que ele fez 700 quilômetros para estar aqui, ele tinha uma cadeira garantida e em função das falas não foi, então eu quero dividir esse momento, que ele venha aqui falar. O companheiro Thiago, então que fale.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Professora.

A SRA. LEILA DENISE MEURER – E eu quero, então, como encaminhamento, Deputado Lazinho, pedir que nós, os Movimentos Sociais, participemos de todo o processo daqui para frente e dizer que nós nunca nos recusamos, tanto que eu coloquei o histórico, existe um movimento em defesa da educação do campo, de construção de direitos de experiências muito grande no Brasil, desde, da década de 90. A nossa luta não começou em 2013, nós temos um histórico de pauta com esse Estado aqui em Rondônia em defesa da educação do campo, o problema é que é isso; dizem que somos ouvidos, mas,

nós somos ignorados como eu já falei, enfim, tinha outras coisas para falar. Mas, nós queremos pensar nas áreas longínquas, nós temos que pensar, se ela é longínqua, se ela é de difícil acesso, é porque tem uma razão de ser. Tipo, as unidades que são de área de conservação: Lá então é, é possível EMITEC, porque é difícil, porque tem pouca gente. Não, não é. Se ela é uma área de conservação, ela tem uma tarefa social. Se ela tem uma tarefa social, a educação tem que ser diferenciada. Se é uma área de fazenda, isolada por fazenda, ali tem um problema agrário. Então, aquela educação, ela tem que ajudar pensar para solucionar aquele problema agrário. Se ela é uma comunidade indígena, assistimos há poucos dias a morte de um povo indígena, de um companheiro indígena no Mato Grosso do Sul. Então, assim, é muita coisa para falar e por isso que nós queremos continuar sendo ouvidos e respeitados e mais do que ouvidos, nós queremos ser atendidos nas nossas reivindicações, porque não basta sermos ouvidos. Ouvido a gente pode ser ouvido em qualquer lugar. E basta a criminalização, basta à repressão, nós temos assistidos, inclusive, eu vivo numa comunidade que é assistida pelo EMITEC lá em Ariquemes, nós percebemos a coação que é feita aos alunos, quando você vai fazer a conversa, o medo de falar, o medo de divulgar e de dizer o que pensa; os pais e mães também da mesma forma, nós nos manifestamos, a comunidade não aceitou a EMITEC, os pais foram chamados para uma reunião, ameaçados pelo Conselho Tutelar; reprimi-los, ou entrar com alguma coisa. Isso não se faz. Isso não é democracia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Professora.

A SRA. LEILA DENISE MEURER – Então, o Thiago se pudesse.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Thiago, por 03 minutos. Thiago.

O SR. THIAGO PEREIRA – Boa tarde companheiros, companheiras presentes, dos Movimentos Sociais. Sou o Tiago Pereira, da Liga dos Camponeses do Povo de Rondônia, Amazônia Ocidental. Nós estamos aqui para repudiar o EMITEC. Porque isso não é educação para servir o nosso povo; o Movimento Social, Deputado Lazinho, está repudiando quer que venha abaixo essa situação, que não vá para frente. A proposta dos Movimentos Sociais que encerre isso aqui, que tenha uma educação de qualidade. A senhora falou bonito, a senhora tem dinheiro para pagar educação do seu filho, eu não tenho dinheiro para pagar educação do meu filho, eu estou vindo de Corumbiara, onde foi o massacre de Corumbiara que está esquecido pelo seu Governo, o seu Governo que você defendeu tanto aqui, quer fazer a mesma coisa do Governo que aconteceu no passado, que jogou os professores na lama, quem lembra do Bianco, do que o Bianco fez com os professores, esse sofredor, que é classe mais sofredora são os nossos educadores. Para senhora é muito bonito, a senhora não conhece a realidade nossa do campo, esse EMITEC, não tem serventia para os camponeses pobres do nosso País, nem para os povos indígenas, nem para os ribeirinhos, nem para os companheiros quilombolas, e só tem um interesse, servir o imperialismo. Então, nós, a palavra de ordem, abaixo o EMITEC, que é isso que tem que ser feito e crie uma educação de qualidade e condição dos professores lecionarem, porque o Estado não oferece condições para os professores dá aula,

não oferece oportunidade, só querem explorar, são vinte horas por dia. Então, nós temos que juntar os companheiros do campo e da cidade, lutar contra esse EMITEC, se for preciso vamos para frente, vamos fechar a BR, vamos fazer manifestação, deputado Lazinho, que você sabe que nós somos de luta. Para concluir, essa é a importância da união dos movimentos, vamos esquecer as diferenças e vamos lutar pelo futuro dos nossos filhos, que a burguesia está aí para defender os seus interesses, mas, não para defender o interesse do trabalhador do campo e da cidade, muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Thiago. Passar a palavra para o senhor Manoel Rodrigues, do SINTERO.

O SR. MANOEL RODRIGUES – Boa tarde a todos. Em nome do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia, parabenizar o Deputado Lazinho, pela brilhante iniciativa de apresentar hoje aqui essa Audiência Pública, coisa que a SEDUC deveria ter o feito antes de implementar o Projeto. Mas dizer que o SINTERO sempre esteve presente quando é chamado, embora não esteja muitas das vezes a figura do Presidente, mas, está representando por algum diretor do SINTERO, porque lá nós trabalhamos no colegiado, desde quando nós assumimos a Presidência que tudo que nós discutimos é no colegiado. Dizer aos trabalhadores em educação, que nós, o SINTERO, sempre foi e sempre será contra a substituição de qualquer professor e qualquer trabalhador da Educação em sala de aula seja por Mediação Tecnológica, seja por terceirização, porque isso representa uma degradação do serviço público. E a terceirização, nós sabemos a quem interessa, porém, nós também entendemos que Juiz agora pouco colocava, a situação de que nós temos que aceitar qualquer projeto para a educação, desde que seja discutida com a sociedade e colocada a real situação que acontece, que não é o caso que aconteceu aqui nesse Projeto. Quando na época há três anos o Ministério Público Federal chamou o SINTERO e disse que ia obrigar a SEDUC a implantar Mediação Tecnológica apenas nos lugares de difícil acesso, que não é o caso aqui como já falou o companheiro Alan e outros companheiros, que existe um lugar que foi implementado, que não haveria necessidade de estar implantado esse Projeto que teria condições de levar trabalhadores. E lamento profundamente que em Guajará-Mirim, o Tribunal de Justiça de lá, obrigou a SEDUC, não foi nem a SEDUC, a implantar Mediação Tecnológica dentro da cidade, e hoje sobra trabalhador em educação, como é que se explica uma situação dessas? Eu não estou dizendo aqui que o Projeto de tudo é ruim, porque nós precisamos construir junto com a sociedade. Agora, nós precisamos sim, já que foi implementado, nós precisamos companheiro Lazinho, é fazer um diagnóstico profundo desse Projeto que está implantado aonde há necessidade ou não. Nós precisamos sim, dá a resposta para a sociedade, porque cada vez que o Governo não abre concurso e em todas as audiências o SINTERO tem cobrado concurso público que há muito anos não o faz. E eu quero pedir ao Tribunal, que ajude a cobrar, porque o Ministério Público, quando é muito, me desculpe aqui o desabafo, mas, eu ouvi o Ministério Público antes do Procurador aqui dizendo que eles vão ter audiência, que esse Projeto não está adequando com aquele de 2012. É verdade, mas, porque o próprio Ministério Público, não acompanhou, ele obriga a implantar, mas não ouve a sociedade, não discute com a sociedade. Nós precisamos sim, ouvir e vê onde erramos, acho que todo mundo, a SEDUC, ela é capaz de reanalisar essa Projeto

e vê se realmente dá para modificar, porque a gente entende que tem lugares que não há necessidade, que a grande maioria foi implementada. Então, nós precisamos rediscutir junto com a SEDUC, junto com a sociedade, com os movimentos populares e vê realmente onde é difícil, porque a realidade realmente como disse o Alan, do Amazonas é diferente de Rondônia, mas, é claro que existem aqui lugares que ninguém quer ir, a gente sabe disso, porque o Estado não abre concurso para os trabalhadores de educação. Então, nós precisamos rever esse Projeto e discutir, e eu espero, companheira Angélica, que sirva como exemplo, eu conheço a capacidade de vocês que são técnicos, muitas das vezes vocês de desdobram, mas é preciso ouvir a sociedade e que os próximos Projetos, vocês não implantem sem ouvir os sindicatos, a sociedade organizada para não acontecer isso que está acontecendo aqui hoje. Implantando aonde não precisa como é o caso de Guajará-Mirim, Cacoal etc. Então, nós precisamos rever esse Projeto imediatamente junto com vocês, não estou dizendo se tem que acabar ou continuar, agora já está fazendo o diagnóstico, recebemos cinco relatórios e precisamos saber ponto a ponto aonde precisa ser modificado e precisa abrir concurso imediatamente. Muito obrigado. E parabéns Deputado Lazinho, lamentar a ausência dos Deputados, como disse o Alan, eu iria fazer na minha fala. Pois uma Casa que representa o povo era para estarem todos aqui. Porque quando chega um projeto aqui muitas das vezes eles votam sem ouvir a sociedade, sem ouvir toda a classe trabalhadora. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Manoel. E, agora, nós vamos ouvir a Dona Ideni mãe de aluno. Peça paciência a todos que estamos concluindo aqui.

A SRA. IDENI CALARE DE MAGALHÃES – Bom gente. Eu nunca falei em microfone, pela primeira vez aqui que estou falando. Eu sou uma mãe, sou uma vítima daquela que saiu lá perto do rio Quatro Cachoeiras, de Cacaupônia. Eu estava lá apenas na beira de uma estrada, na beira de um rio querendo, lutando por um pedaço de terra. Fui tirada de lá vim para um lugar, sofri muito, agora estou sofrendo de novo, que é sobre a minha filha para estudar. Lá eu tinha transferido ela para Cacaupônia, lugar que faz muitos anos que eu moro lá, vinte e poucos anos. Tivemos que sair de lá e vir para cá, tirados a bala. Hoje eu estou sofrendo. Por que vou vir para esse lugar aqui e minha filha tem que estudar por essa aula de televisão que falam, EMITEC, eu falo televisão, eu sou da roça. Televisão. E, daí eu não fui chamada para reunião nenhuma, minha filha esteve na reunião, lugar novo que eu estou. Aí lá esses dias, veio um papel para mim: “mãe a senhora tem que assinar esse papel, porque eu vou receber um notebook e daí a senhora tem que ser responsável”. Eu falei: “minha filha eu moro debaixo de uma lona. Eu estou sofrendo para pagar um celular que eu comprei para você. Estou comendo o que o INCRA me dá e estou ganhando roupas que os outros me dão para vestir. Como é que eu vou pagar? Mas a senhora tem que assinar, porque a senhora é responsável por esse notebook”. Aí eu falei: “então se é isso para você estudar, minha filha, eu sou obrigada a ter você na aula, porque você está quase um ano sem estudar, então você vai ter que estudar. E eu vou ter que assinar, então”. Então é isso que eu assinei. Isso eu quero que vocês analisem, porque talvez eu falando aqui eles vão até esconder o papel, porque eu não tirei Xerox. Que a gente da roça assina. Todo brasileiro sofre. Fecha a porta depois que é assaltado. Mas eu assinei um termo de responsabilidade

por esse aparelho que ela vai usar todos os dias. Entrar em um ônibus, ir para a aula e vir e deixar em um barraquinho coberto de lona, que daqui uns dias começam a chuva e pode sair, ventar e derrubar. Ou pegar fogo como já fizeram com nós, queimar lá tudo, e daí eu sou responsável. Eu não estou tendo nem o que comer, como eu falei, eu como o que o INCRA me dá, e eu sou responsável. Então vocês analisem esse Projeto bem analisado e esse papel, se ele está rodando por aí ainda, que vocês podem fazer o Projeto que vocês quiserem. Mas sempre vem para o nosso bolso para pagar, somos nós que pagamos. Tudo o que vem é para nós pagarmos. Então analisem. Eu quero falar, Deputado Lazinho, que eu nunca pensei que eu fosse falar frente a frente com Vossa Excelência e é um prazer eu falar aqui. Então eu peço a todos vocês que analisem bem esse Projeto, porque eu não vou pagar, não vou pagar. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Muito obrigado. Eu é que agradeço, eu é que tenho que agradecer de estar junto com a senhora aqui.

Agora o Ecimar, Diretor de Política Sociais da FETAGRO, por cinco minutos. Depois o Itamar, e nós encaminhamos.

O SR. ECIMAR – Agora já é boa tarde a todos. Parabenizar o Deputado Lazinho que por duas vezes teve que fazer várias articulações nesta Casa para poder retirar o Projeto que já queria ser votado antes da Audiência Pública. Saudar a todos da Mesa em nome do nosso professor Fernando, que na Audiência Pública ele deu uma aula de democracia e fez todo o histórico mostrando para quem está aqui nesta Audiência Pública que a democracia é isso mesmo que está acontecendo aqui. E dizer também que as manifestações que estão acontecendo aqui ela é parte da democracia. E que já teve gente que já comentou com a gente que isso aqui é uma bagunça, que é assim mesmo que constrói os desejos da sociedade. Dizer também que 70% do alimento que vai para a mesa, ele vem da Agricultura Familiar, 70%. As sojas, o capim, que foi falado aqui pela Leila; vai para poder outros lugares, mas não para nossa mesa como um todo. A outra questão como que nós vamos implantar uma horta nas nossas escolas com uma televisão ensinando lá no campo como é que se faz o plantio? Como que nós vamos dá assistência técnica aos nossos trabalhadores e trabalhadoras pela televisão? Como que nós vamos fazer um plano de aula em cada local, em cada escola pela televisão? Esses professores que estão aqui formando, eles vão conseguir fazer o plano de aula em cada local? Aí eu trago o artigo 28 da LDB, o artigo 28 da LDB que diz o seguinte: “na oferta de educação básica para a população rural, o sistema de ensino promoverá adaptações necessárias à sua adequação, a peculiaridade da vida rural e de cada região especialmente. I - O conteúdo curricular e metodologias apropriadas às necessidades e interesses dos alunos da zona rural. Artigo 2º. A organização escolar própria incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas, adequação à natureza do trabalho da zona rural”. Como que nós vamos conseguir fazer com que isso aconteça distante da realidade ou daqui de um estúdio? Como proposta não dá para nós analisarmos a educação do campo apenas por números, se tiver que aumentar o orçamento nós precisamos propor que os Deputados proponham aumento no orçamento, se não está dando os 25%. E também precisamos visualizar o que está acontecendo neste País porque estão querendo tomar o pré-sal e lá dentro do pré-sal tinha orçamento para a educação, já estão tomando, lá tinha recursos para a educa-

ção. E por último dizer que nós não vamos parar por aqui, nós precisamos sim discutir este projeto passo por passo, comunidade por comunidade e respeitar os professores que estão lá embaixo e que as aulas não sejam dadas por pen drive, e convidar a todos, para que a gente no dia 06 e 07, façamos uma grande manifestação nas ruas deste Estado no Grito da Terra no Estado de Rondônia. E dizer a quem representa a Secretaria de Educação, nós precisamos continuar o processo de discussão que nós não fomos muitas vezes também recebidos para poder discutir e algumas vezes o projeto não foi entregue para a gente entender, então vamos discutir esse negócio, nós precisamos fazer com que a educação seja de verdade e de qualidade. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Ok. Por último Itamar Ferreira, Presidente da CUT, por 05 minutos.

O SR. ITAMAR FERREIRA - Ninguém almoçou, mas é boa tarde a todos. Saudar aqui o nosso Deputado Lazinho e em nome dele toda a Mesa, parabenizar aqui pela realização desta importante Audiência, o nível da importância dos participantes aqui, temos o Governo, Ministério Público, até um Desembargador se manifestou, mas, principalmente pela participação daqueles que estão sendo atingidos com essa metodologia. Os que me antecederam aqui, Deputado, já fizeram prós e contras bastante enfáticos a questão da Mediação Tecnológica, eu avalio assim que sempre tem coisas para complementar, mas, uma questão que chama atenção, por exemplo, é que nós buscamos essa experiência no Amazonas, o Amazonas no ranking nacional de educação, salvo engano, está seis pontos abaixo de Rondônia, então talvez não seja modelo para a gente. Um aspecto também, eu não sei, eu acho que o impacto que isso vai ter no futuro, estão aqui os professores aqui, mas, todos nós já passamos pelo banco de escola, mas um aspecto que acho relevante é a desumanização, você ser educado por uma televisão. Eu lembro até hoje da minha professora do primeiro ano que eu fiz aos dez anos quando fui alfabetizado, morava na cidade porque no campo não tinha. Então você vê a questão. Então, eu acho que esse é um aspecto importante, e o professor faz a mediação humana entre o conhecimento e a realidade local do aluno que é relevante para a questão de diminuir o êxodo rural e valorizar os aspectos do campo e me parece que os levantamentos foram feitos pelo Ministério Público, pelas regionais do SINTERO, Manoelzinho, pelos Movimentos Sociais, há uma precariedade, uma improvisação muito grande, sinal, não tem ainda sinal de internet de qualidade, muitas vezes se usa o pen drive. Outra coisa, me parece que essas televisões não sei se LCD, hoje é a melhor tecnologia, mas tem que ver, por exemplo, o brilho que reflete essas telas, se não dificulta a leitura, o tamanho dessas telas, o som no fundo da sala de aula e por fim, essa tecnologia ela deveria vir como complementar e naqueles locais de difícil acesso, e me parece está havendo uma banalização do uso dentro da cidade, próximo da cidade, um local que tem asfalto.

Então Deputado Lazinho, eu acho que nós temos que fazer os encaminhamentos, mas, eu acho que uma das coisas que diante da fala que teve aqui o Ministério Público que tem plena ciência tanto do ponto de vista pedagógico quanto do ponto de vista legal dos problemas que o Projeto apresenta, eu acho que seria o caso da gente propor, sugerir ao Ministério Público, buscar, realizar um Termo de Ajuste Conduta, Governo, Movimento Social, enfim, as partes envolvidas para que a gente estabeleça critérios, limites, enfim, todas as condições,

todas condicionantes sobre esse Projeto. Me parece que não dá, Deputado, para pensar de forma alguma que esse Projeto o ano que vem seja ampliado, porque já está muito problemático e nós estamos com duas mil cobaias, pode ter lugar que não tinha nada e hoje é muito bom que tenha alguma coisa, mas, tem muitos lugares que estão perdendo com essa Mediação, é uma questão muito grave, muito profunda como bem disse o Procurador, são seres humanos em processo de formação, é muito arriscado fazer experiência, tornar esse jovem, adolescente cobaias desse tipo de ensino. É isso, a CUT está aqui para somar com todos. Um grande abraço e vamos juntos a vitória do povo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Itamar. Só socializando que tem assim que encerrar tem aqui fora um negócio que chama coffee break, eu chamo de merenda, tem uma merenda aqui, vamos comer uma merenda porque não vai dá tempo de almoçar.

Quero dizer a vocês que a presença de cada um dos Movimentos Sociais aqui, dos profissionais da SEDUC, da Secretária de Estado; Angélica, a sua presença, a oportunidade de ouvir o contraditório, de ouvir novas ideias, de ouvir reclamações, de apresentar a ideia oficial do nosso Governo, do Governo do Estado, tudo isso só acontece porque vivemos numa democracia. Nós somos muitos questionados da realização desta Audiência Pública. Eu quero deixar bem claro que eu vim para esta Casa sendo trazido por um Projeto e eu não vou aqui nesta Casa fugir ao meu princípio, fugir aquilo para que foi determinada a minha eleição e a minha presença nesse mandato. Não adianta imaginar que este Deputado não estará junto com o Governo defendendo aquilo que entende que é bom para o nosso Estado, para o nosso povo, mas, que também se posicionará de toda forma e eu tenho me posicionado perante o Governador Confúcio, perante a Secretária; a Angélica sabe disso, contrário ao Projeto, não tenho dúvida disso, nós precisamos melhorar. Nós sabemos que a maioria também entende que o Projeto tem que continuar, eu como parlamentar tenho a obrigação de respeitar o contraditório, eu não sou dono da verdade, mas, o mais importante que eu tenho oportunidade de expressar e de colocar o meu pensamento e o meu posicionamento. Tenho discutido muito com a SEDUC, o fortalecimento das Escolas Família Agrícola, esse ano foi o primeiro ano que a gente fechou o convênio do repasse do FNDE, está tendo problemas ainda, estamos trabalhando agora a lei definitiva de fortalecimento, tenho acompanhado as ações da Secretária com relação à escola Abaitará, estive com ela ontem sobre isso, estou com ela discutindo a doação do prédio que ela tem à disposição para a gente fortalecer mais essas escolas e tenho a convicção de que a gente, enquanto sociedade, tem que debater e tem que se posicionar com relação a todas as políticas públicas e principalmente com relação a educação, por que é ela que dá a formação ideológica, a formação profissional em todos os espaços que nós vivemos. Nós não podemos admitir que nesse País a gente perca, por exemplo, tenha um retrocesso de rediscutir o recurso que estava programado para o pré-sal de 10% da educação, ser rediscutida e ser redirecionada a forma de controle desse recurso. A educação tem que ser cada vez mais fortalecida, a educação é onde nos forma, é onde nos dá consciência e a consciência, ela é formada segundo o meio em que a pessoa vive. Ao longo do tempo a nossa sociedade, ela vem sendo conduzida, direcionada para a formação do maior número de desempregados de todos os tempos, e nós não podemos nos prestar a isso, o povo brasileiro tem que ter a consciência de que esse País é forte; de

Rondônia, que esse Estado é forte e que se a gente conseguir respeitar as nossas realidades, nós vamos fugir do direcionamento imposto de fora para dentro desse País, e principalmente de fora para dentro desse Estado. É para isso que esse Deputado está aqui, nós fizemos um documento de proposição apresentado aqui, vamos assinar e vamos encaminhar a SEDUC. Lendo somente as proposições finais para a gente encerrar e para o cafezinho, a merendinha, diz o seguinte: que seja criado um projeto para a formação de Educação do Campo, de professores em Educação do Campo, seja construída uma coordenadoria de educação voltada para o campo. Valorizar os educandos do curso de licenciamento em Educação do Campo. Que se cumpra a Lei de Diretrizes de Base que trata a Educação do Campo; que seja elaborado um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta entre os envolvidos na educação para estabelecer critérios no projeto de Mediação Tecnológico. Isso posto nós encaminhamos aqui, agradecemos a SEDUC, pedimos para que todos possam assinar e a gente possa a partir de agora acompanhar o processo respeitando a realidade de cada espaço, de cada pensamento e de cada modelo de vida de cada um. Muito obrigado, obrigado a SEDUC através da Angélica que está aqui com a gente, obrigado a todos os representantes do Governo, aos Deputados e principalmente obrigado a todos os movimentos sociais que aqui fizeram presença. Vamos à luta! A luta continua. Muito obrigado.

Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência às 13 horas e 20 minutos).

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2462/2016-69

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público que está contratando por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fulcro no Inciso X do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, a Sra. Lélia Maria Correia Teles, inscrita no CPF sob o nº 106.887.812-68, objetivando a locação de um imóvel localizado na Rua Duque de Caxias, nº 96 – Bairro Arigolândia, CEP: 76801-911 em Porto Velho/RO, para atender as necessidades do Departamento Médico da ALE/RO, no valor mensal de R\$ 5.815,17 (Cinco mil, oitocentos e quinze reais e dezessete centavos), pelo período de 12 (doze) meses.

MILTON NEVES DE OLIVEIRA

Superintendente de Compras e Licitações – ALE/RO

Ratificamos a DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos dispostos no inciso X, do art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho/RO, 22 de julho de 2016.

Arildo Lopes da Silva
SECRETÁRIO GERAL - ALE-RO